

AMOSTRA DA OBRA

www.editoraferreira.com.br

Edição
especial



Ricardo J. Ferreira

Contabilidade Básica

10ª edição

Teoria e mais de 1.600 questões comentadas

FINALMENTE
você vai aprender contabilidade



Ferreira



Ricardo J. Ferreira é graduado em Direito e Ciências Contábeis. Foi auditor interno nos setores público e privado e assessor jurídico da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Conselho Editorial da Editora Ferreira e criador da Feira do Concurso, foi recentemente homenageado com a Medalha de Mérito Pedro Ernesto, principal Comenda do Rio de Janeiro.

É professor de Legislação Tributária, Contabilidade e Auditoria, tendo sido aprovado e classificado nos concursos para Técnico do Tesouro Nacional (TTN), Agente Fiscal de Tributos do Estado de Minas Gerais (ICMS/MG), Agente Fiscal de Rendas do Estado de São Paulo (ICMS/SP), Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional (AFTN), Fiscal de Rendas do Estado do Rio de Janeiro (ICMS/RJ) e Fiscal de Rendas do Município do Rio de Janeiro (ISS/RJ), entre outros.

Sumário

Capítulo 1 – Introdução	1
1 Conceito	1
1.1 Contabilidade Teórica	1
1.2 Contabilidade Prática	3
2 Objeto	3
3 Finalidade ou objetivo	5
4 Pessoas interessadas nas informações contábeis	6
5 Funções	8
6 Identificação dos aspectos patrimoniais	8
7 Áreas ou ramos	9
8 Campo de aplicação	10
9 Titular do patrimônio	11
9.1 Empresário individual	15
9.2 Empresa individual de responsabilidade limitada	17
9.3 Sociedades empresárias	20
9.3.1 Sociedade em nome coletivo	21
9.3.2 Sociedade em comandita simples	22
9.3.3 Sociedade limitada	23
9.3.4 Sociedade anônima	26
9.3.5 Sociedade em comandita por ações	30
9.3.6 Sociedade em conta de participação	30
Sociedades empresárias – quadro resumo	31
10 Dissolução, liquidação e extinção	33
11 Técnicas contábeis	34
11.1 Escrituração contábil	34
11.2 Demonstração	35
11.3 Auditoria	38
11.4 Análise das demonstrações contábeis ou financeiras	41
Questões comentadas	42

Capítulo 2 – Patrimônio	51
1 Conceito	51
2 Bens	52
3 Direitos	55
3.1 Duplicata	56
3.1.1 Duplicata de prestação de serviços	60
3.1.2 Remessa e devolução da duplicata	60
3.1.3 Pagamento da duplicata	61
3.1.4 Protesto da duplicata	61
3.1.5 Cobrança judicial da duplicata	62
3.1.6 Livro de Registro de Duplicatas	63
3.2 Nota promissória	63
3.3 Cheque	65
Comparação entre títulos de crédito	66
4 Obrigações	67
5 Situação líquida	69
6 Relações entre ativo, passivo exigível e situação líquida	79
7 Origens de recursos	81
8 Aplicações de recursos	83
9 Análise das origens e aplicações	84
10 Terminologia contábil	85
Exercícios	89
Gabarito	90
Questões comentadas	91
Desafio	111
 Capítulo 3 – Contas	 115
1 Conceito	115
2 Classificação das contas	116
3 Elementos essenciais da conta	118
4 Plano de contas	121
4.1 Função das contas patrimoniais	122
Contas de ativo	122
Contas de passivo exigível	125
Contas de patrimônio líquido	125

5 Sistema de contas	126
6 Elenco de contas	126
6.1 – Ativo Circulante	127
6.2 – Ativo Não Circulante	129
6.2.1 – Realizável a Longo Prazo	129
6.2.2 – Investimentos	129
6.2.3 – Imobilizado	130
6.2.4 – Intangível	130
6.3 – Passivo Circulante	131
6.4 – Passivo Não Circulante	132
6.5 – Patrimônio Líquido	133
6.6 – Resultado	134
6.6.1 – Receitas	134
6.6.2 – Despesas	135
6.7 – Contas de Compensação	138
6.7.1 – Contas de Compensação Ativas	138
6.7.2 – Contas de Compensação Passivas	138
7 Movimentação das contas	139
8 Balancete de verificação	143
9 Teoria das contas	147
9.1 Teoria Personalística	147
9.2 Teoria Materialística	149
9.3 Teoria Patrimonialista	150
Questões comentadas	151
Desafio	178
 Capítulo 4 – Escrituração contábil	 185
1 Conceito	185
2 Métodos de escrituração	185
3 Método das partidas simples	187
4 Método das partidas mistas	187
5 Método das partidas dobradas	188
6 Funcionamento das contas no método das partidas dobradas	191
7 Processos de escrituração	199
8 Normas legais sobre escrituração	200

9 Lançamento contábil	204
9.1 Funções do lançamento	204
9.2 Elementos essenciais do lançamento	205
9.3 Fórmulas de lançamento	206
9.4 Erros de escrituração e sua correção	209
10 Livros de escrituração	213
10.1 Descentralização da contabilidade	214
10.2 Livros empresariais ou comerciais	214
10.3 Livro Diário	215
10.4 Livro-Razão	217
10.5 Livros especiais	219
10.6 Livros para fins tributários	219
10.7 Sped Contábil	223
Questões comentadas	224
Desafio	242
 Capítulo 5 – Despesa	 245
1 Conceito	245
2 Despesa de aluguel	248
3 Despesa de juros	251
4 Despesa de seguro	253
5 Folha de pagamentos	255
5.1 Contribuição previdenciária	255
5.2 FGTS	258
5.3 Salário-família	259
6 Adiantamentos a empregados	262
7 Provisão para férias	262
8 Décimo terceiro salário	263
9 Duplicatas Descontadas	264
10 Cobrança simples bancária	267
Questões comentadas	269
Desafio	296
 Capítulo 6 – Receita	 301
1 Conceito	301
2 Receita financeira	304

3 Receita de venda de mercadorias	306
4 Receita de serviços	310
5 Receita de aluguel	313
6 Reconhecimento da receita	314
7 Mensuração da receita	315
Apêndice A – Exemplos ilustrativos	316
Questões comentadas	327
Desafio	337
 Capítulo 7 – Apuração do resultado	 341
1 Conceito	341
2 Contas transitórias e permanentes	342
3 Encerramento dos saldos das contas de resultado	342
4 Transferência do resultado para o patrimônio líquido	344
5 Regimes contábeis: regime de caixa e regime de competência	353
Questões comentadas	361
 Capítulo 8 – Fato administrativo	 391
1 Conceito	391
2 Fato permutativo	392
3 Fato modificativo	396
4 Fato misto ou composto	399
5 Ato administrativo	403
6 Insubstituições e superveniências	403
Questões comentadas	405
 Capítulo 9 – Operações com mercadorias	 413
1 Sistemas de inventário	413
1.1 Sistema de inventário periódico	413
1.2 Conta Mercadorias com função mista	414
1.3 Método das três contas – conta Mercadorias com função desdobrada	417
2 Sistema de inventário permanente	428
3 Métodos de avaliação de estoques	428
3.1 Ficha de controle de estoque	435
3.2 PEPS – solução simplificada	439
3.3 Média ponderada fixa	445

3.4 Método do varejo	445
3.5 Custo específico	447
4 CPC 16 (R1) – Estoques	447
4.1 Custos de aquisição do estoque	452
4.2 Custos de transformação	453
4.3 Outros custos	457
4.4 Custos de estoque de prestador de serviços	458
4.5 Custo do produto agrícola colhido proveniente de ativo biológico	459
4.6 Outras formas para mensuração do custo	460
4.7 Critérios de valoração de estoque	461
4.8 Valor realizável líquido	462
4.9 Reconhecimento como despesa no resultado	464
Questões comentadas	465
Capítulo 10 – Provisões em geral	517
1 Espécies de provisões	517
2 Provisões relativas a passivos contingentes	518
3 Passivos contingentes	519
4 Ativos contingentes	523
5 Provisão para devedores duvidosos	524
Questões comentadas	530
Capítulo 11 – Princípios de Contabilidade	539
1 Os princípios e sua observância	539
2 Conceituação, amplitude e enumeração	542
3 Princípio da entidade	543
4 Princípio da continuidade	545
5 Princípio da oportunidade	547
6 Princípio do registro pelo valor original	549
7 Princípio da competência	554
8 Princípio da prudência	556
9 Penalidades	558
Questões comentadas	559

Capítulo 12 – Nova Estrutura Conceitual comentada (CPC 00)	577
1 Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	577
2 Normas internacionais de contabilidade	578
3 Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)	579
4 Nova Estrutura Conceitual comentada	581
Questões comentadas	665
Capítulo 13 – Contabilidade tributária	669
1 Noções básicas sobre tributos	669
1.1 Impostos, taxas e contribuições	669
1.1.1 Impostos	670
1.1.2 Taxas	671
1.1.2.1 Contabilização das taxas	674
1.1.3 Contribuição de melhoria	674
1.1.4 Contribuições especiais ou parafiscais	674
1.2 Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública	676
1.2.1 Contabilização	676
1.3 Empréstimos compulsórios	676
1.3.1 Contabilização	676
1.4 Atribuições da lei complementar	676
1.5 Limitações constitucionais ao poder de tributar	678
1.6 Participações governamentais	681
1.6.1 Participação especial	682
2 Retenção na fonte realizada pela administração pública federal	683
2.1 Pessoas obrigadas à retenção	683
2.2 Contabilização	686
2.3 Hipóteses em que não se aplica a retenção	690
2.4 Prazo de recolhimento	692
2.5 Infrações e penalidades	692
2.6 Tratamento dos valores retidos	693
3 Imposto de Renda retido na fonte	693
3.1 Rendimentos sujeitos à retenção	693
3.2 Rendimentos do trabalho	694
3.3 Rendimentos de capital	695
3.4 Tratamento contábil	696
3.5 Décimo terceiro salário	696

3.6 Férias	697	7.5 Isenções do PIS/Pasep e Cofins	767
3.7 Ônus do imposto assumido pela fonte pagadora	698	8 Cide-Combustíveis	768
4 Imposto de Renda da pessoa jurídica	698	8.1 Fatos geradores	769
4.1 Lucro real	698	8.2 Contribuintes	769
4.1.1 Contribuintes obrigados à apuração do lucro real	699	8.3 Responsáveis	770
4.1.1.1 Adições	700	8.4 Base de cálculo	770
4.1.1.2 Exclusões	701	8.5 Dedução do valor devido em operação anterior	771
4.1.1.3 Compensações	702	8.6 Alíquotas	771
4.1.1.4 Livro de Apuração do Lucro Real – Lalur	705	8.7 Pagamento	772
4.2 Lucro presumido	710	8.8 Dedução do PIS/Cofins	774
4.3 Lucro arbitrado	713	9 Imposto sobre serviços – ISS	774
4.4 Adicional do Imposto de Renda	714	9.1 Incidência	774
5 CSLL – contribuição social sobre o lucro líquido	714	9.2 Fato gerador	775
5.1 Base de cálculo	714	9.3 Interpretação da lista de serviços	776
5.2 CSLL com base no lucro presumido ou arbitrado	718	9.4 Local da prestação do serviço	777
6 ICMS	720	9.5 Estabelecimento prestador dos serviços	782
6.1 Conceito de mercadoria	721	9.6 Contribuinte	782
6.2 Não cumulatividade	722	9.7 Responsável	783
6.3 Isenção e não incidência – vedação ao crédito	724	9.8 Não incidência	785
6.4 Seletividade	725	9.9 Alíquotas	787
6.5 Operações e prestações interestaduais com consumidor final	726	9.10 Base de cálculo	787
6.6 ICMS na importação	727	9.10.1 O ISS integra sua própria base de cálculo	789
6.7 Imunidades	731	9.11 Autônomo	790
6.8 Base de cálculo	732	9.12 Ressalvas relativas ao ICMS na lista de serviços	790
6.9 Lei Complementar nº 87/96 – Lei Kandir	735	9.13 Fornecimento de alimentação e bebidas	791
6.10 Convênios – Lei Complementar nº 24/75	735	9.14 Contabilização do ISS	792
6.11 Substituição tributária	739	10 Contribuição previdenciária (INSS)	793
6.12 Tratamento do ICMS nas compras de mercadorias	742	10.1 Fato gerador	794
6.13 ICMS e frete nas compras	746	10.2 Ocorrência do fato gerador	795
6.14 ICMS incidente nas vendas de mercadorias	747	10.3 Bases de cálculo	797
6.15 IPI nas vendas	749	10.3.1 Parcelas não integrantes da base de cálculo	801
7 PIS e Cofins na aquisição de mercadorias e serviços	750	10.4 Alíquotas	804
7.1 PIS/Cofins – regime de incidência cumulativa	751	11 Regime Tributário de Transição – RTT	805
7.2 PIS/Cofins – regime de incidência não cumulativa	754	12. EFD-Contribuições	808
7.2.1 Créditos do PIS/Cofins sobre o IPI	763	12.1 Obrigatoriedade e dispensa	808
7.3 PIS/Pasep sobre a folha de salários	765	12.2 Forma e prazo de apresentação	811
7.4 PIS/Pasep e Cofins na importação	767	12.3 Retificação da escrituração	812

Capítulo 14 – Tributos sobre o lucro	813	10.8 Ajustes de exercícios anteriores	851
1 Conceito	813	10.9 Eventos subsequentes ao encerramento do exercício	851
1.1 Diferenças temporárias	816	11 Modificação de métodos ou critérios contábeis	852
1.1.1 Diferenças temporárias tributáveis	816	12 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	853
1.1.2 Diferenças temporárias dedutíveis	817	12.1 Políticas contábeis	853
1.2 Adições e exclusões temporárias	817	12.2 Mudança de estimativa	853
1.3 Adições e exclusões permanentes	819	12.3 Retificação de erro	854
1.4 Tributos correntes	819	13 Responsáveis pelas demonstrações contábeis	855
1.5 Reconhecimento de passivos fiscais diferidos	820	14 Documentos da administração	856
1.6 Reconhecimento de ativos fiscais diferidos	820	15 Sociedades de grande porte	858
1.7 Ajustes a valor presente	822	16 Contabilidade para pequenas e médias empresas	858
1.8 Reconhecimento de despesa ou receita tributária	822	16.1 Conjunto completo de demonstrações contábeis para PMEs	859
1.9 Consequências tributárias dos dividendos	823	17 Modelo contábil para microempresas e empresas de pequeno porte	860
1.10 Compensação	823	17.1 Carta de Responsabilidade	861
Questões comentadas	824	17.2 Escrituração	861
Capítulo 15 – Demonstrações contábeis – Lei das S/A	831	17.3 Conjunto obrigatório de demonstrações contábeis	861
1 Lei das Sociedades por Ações	831	17.4 Modelos	861
2 Constituição da sociedade anônima	831	18 Divulgação sobre partes relacionadas	861
3 Exercício social	833	18.1 Conceito	862
4 Demonstrações contábeis obrigatórias	835	18.2 Finalidade da divulgação sobre partes relacionadas	863
4.1 Finalidade das demonstrações contábeis	841	18.3 Divulgação para todas as entidades	864
5 Demonstrações comparativas	842	19 Informações por segmento	864
6 Agrupamento de contas semelhantes	843	Questões comentadas	866
7 Agrupamento de pequenos saldos	843	Capítulo 16 – Demonstração do resultado do exercício	877
8 Proposta de destinação dos lucros	844	1 Conceito	877
9 Demonstrações contábeis complementares	844	2 Estrutura da DRE conforme a Lei das S/A	877
10 Notas explicativas	845	3 Estrutura da DRE conforme o CPC 26 (R1)	881
10.1 Principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais	848	3.1 Resultado líquido do período	882
10.2 Investimentos relevantes	848	3.2 Informação na DRE ou nas notas explicativas	883
10.3 Ajustes de avaliação patrimonial	849	4 Deduções da receita bruta das vendas e serviços	885
10.4 Ônus reais, garantias e outras responsabilidades	850	4.1 Devoluções de vendas	887
10.5 Empréstimos de longo prazo	850	4.2 Devoluções de vendas de exercícios anteriores	889
10.6 Número, espécies e classes das ações do capital	850	4.3 Abatimentos concedidos sobre vendas e serviços	890
10.7 Opções de compra de ações	851	4.4 Descontos concedidos incondicionalmente	890
		4.5 Tributos incidentes sobre vendas	891

5	Custo das mercadorias, produtos e serviços vendidos	892
6	Despesas operacionais	896
6.1	Despesas operacionais com vendas	896
6.2	Despesas operacionais financeiras	897
6.3	Despesas operacionais gerais e administrativas	898
6.4	Outras despesas operacionais	898
7	Outras receitas operacionais	900
8	Outras receitas e outras despesas	903
9	Resultado de operações descontinuadas	906
10	Participações	908
10.1	Prejuízos acumulados no cálculo das participações	915
10.2	Cálculo do lucro real com participações	917
11	Lucro ou prejuízo líquido por ação	918
12	Demonstração do resultado abrangente	919
13	Juros sobre o capital próprio	922
14	Ebitda	925
	Questões comentadas	927
Capítulo 17 – Balanço patrimonial		965
1	Conceito	965
1.1	Composição do balanço conforme o CPC 26 (R1)	965
2	Critério de disposição das contas no ativo	966
3	Critério de disposição das contas no passivo	968
4	Compensação de saldos devedores e credores	971
5	Composição do ativo	973
6	Ativo circulante	973
6.1	Disponibilidades	973
6.2	Direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente	979
6.3	Aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte	981
6.3.1	Operações com seguros	981
6.3.2	Registro de operações com juros antecipados	984
7	Ativos especiais	987
7.1	Método da efetiva utilização	988
7.2	Método das quotas arbitradas	988
8	Ativo não circulante realizável a longo prazo	988

8.1	Direitos realizáveis de longo prazo	989
8.2	Depósitos judiciais	990
8.3	Operações não usuais com pessoas ligadas	991
8.4	Despesas antecipadas de longo prazo	993
9	Classificação de acordo com o ciclo operacional	995
10	Demonstrações intermediárias	996
11	Avaliação do ativo circulante e do realizável a longo prazo	997
11.1	Avaliação das disponibilidades	998
11.2	Avaliação de imóveis destinados à venda	999
11.3	Avaliação dos investimentos temporários em ações	999
11.4	Avaliação das mercadorias	1001
11.5	Avaliação das matérias-primas	1004
11.6	Avaliação dos produtos em elaboração e acabados	1006
11.7	Avaliação dos produtos agrícolas e extrativos	1009
12	Ajuste de ativo de longo prazo a valor presente	1010
	Questões comentadas	1016
Capítulo 18 – Instrumentos financeiros		1055
1	Instrumentos financeiros	1055
1.1	Espécies de instrumentos financeiros ativos	1055
1.2	Critérios de avaliação	1056
1.3	Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	1057
1.4	Investimentos mantidos até o vencimento	1058
1.5	Empréstimos e contas a receber	1059
1.6	Ativos financeiros disponíveis para venda	1060
1.7	Apuração do valor justo	1064
1.8	Derivativo	1065
1.8.1	Mercado futuro	1066
1.8.2	Mercado a termo	1066
1.8.3	Mercado de opções	1067
1.8.3.1	Opção de compra	1067
1.8.3.2	Opção de venda	1068
1.8.4	Mercado de <i>swaps</i>	1070
1.9	<i>Hedge</i>	1070
	Questões comentadas	1072

Capítulo 19 – Ativo não circulante	1077
1 Composição do ativo não circulante	1077
1.1 Investimentos permanentes	1077
1.1.1 Demais investimentos permanentes	1078
1.1.2 Propriedade para investimento	1079
1.1.3 Critérios de avaliação dos demais investimentos permanentes	1083
1.2 Imobilizado	1085
1.2.1 Critério para registro dos bens de uso permanente no imobilizado ...	1086
1.2.2 Imobilizações em andamento	1088
1.2.3 Benfeitorias em propriedades de terceiros	1088
1.2.4 Custo de aquisição ou produção do imobilizado	1091
1.2.5 Bens do imobilizado <i>versus</i> materiais de uso ou consumo	1094
1.2.6 Gastos com reparos, conservação ou substituição	1096
1.2.7 Critérios de avaliação do ativo imobilizado	1096
1.2.7.1 Depreciação de edificações	1099
1.2.7.2 Bens utilizados na exploração de recursos minerais e florestais	1100
1.2.7.3 Determinação do tempo de vida útil	1101
1.2.7.4 Método da soma dos dígitos	1103
1.2.7.5 Depreciação de bens usados	1104
1.2.7.6 Depreciação acelerada contábil	1104
1.2.7.7 Depreciação acelerada incentivada	1105
1.3 Ativo biológico	1105
1.4 Intangível	1107
1.4.1 Identificação	1109
1.4.2 Controle	1110
1.4.3 Reconhecimento	1111
1.4.4 Fase de pesquisa	1112
1.4.5 Fase de desenvolvimento	1113
1.4.6 Método de custo	1116
1.4.7 Período e método de amortização	1116
1.4.7.1 Ativo intangível com vida útil definida	1116
1.4.7.2 Ativo intangível com vida útil indefinida	1118
1.5 Diferido (extinto)	1118
1.6 Exaustão	1121
1.7 Ativo qualificável e custos de empréstimos	1122

1.8 Ativo não circulante mantido para venda	1123
Questões comentadas	1125
Capítulo 20 – Arrendamento mercantil	1149
1 Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>)	1149
1.1 Características e classificação do arrendamento mercantil	1149
1.2 Arrendamento mercantil financeiro no arrendatário	1153
1.3 Arrendamento mercantil operacional no arrendatário	1156
1.4 Arrendamento mercantil financeiro no arrendador	1157
1.5 Arrendamento mercantil operacional no arrendador	1160
1.6 Transação de venda e <i>leaseback</i>	1160
Questões comentadas	1163
Capítulo 21 – Redução ao valor recuperável de ativos	1169
1 Análise sobre a recuperação	1169
1.1 Identificação de ativo que pode estar desvalorizado	1175
1.2 Mensuração do valor recuperável	1177
1.3 Valor recuperável de intangível com vida útil indefinida	1178
1.4 Valor justo líquido de despesa de venda	1179
1.5 Valor em uso	1180
1.6 Estimativas de fluxos de caixa futuros	1181
1.7 Reconhecimento e mensuração de perda por desvalorização	1185
1.8 Momento dos testes de redução ao valor recuperável	1188
1.9 Desvalorização em uma unidade geradora de caixa	1188
1.10 Reversão de perda por desvalorização para ativo individual	1189
Questões comentadas	1192
Capítulo 22 – Participações permanentes	1201
1 Conceito	1201
2 Critérios de avaliação das participações permanentes	1202
3 Método da equivalência patrimonial	1208
3.1 Aplicação da equivalência patrimonial	1212
3.2 Ágio na aquisição de participação permanente	1215
3.3 Deságio na aquisição de participação permanente	1216

3.4	Ágio (mais-valia) e deságio com base no valor de mercado do ativo	1216
3.5	Ágio (<i>goodwill</i>) e deságio com base em rentabilidade futura	1216
3.6	Ágio e deságio por fundo de comércio, intangíveis e outras razões	1219
3.7	Amortização do ágio e tratamento dado ao deságio	1219
4	Método do custo de aquisição	1221
4.1	Dividendos recebidos	1221
5	Realização de capital	1221
6	Provisão para perdas permanentes	1222
7	Ações ou cotas bonificadas	1222
8	Resultado não realizado	1223
8.1	Venda da controladora para controlada	1223
8.2	Venda de controlada para a controladora	1224
8.2.1	Apuração do resultado na equivalência patrimonial	1224
8.3	Resultados entre o investidor e coligada	1225
9	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	1226
10	Perdas permanentes em investimentos avaliados pela equivalência	1227
11	Negócios em conjunto	1229
	Questões comentadas	1231
	Capítulo 23 – Passivo circulante e não circulante	1243
1	Conceito	1243
2	Classificação de acordo com o ciclo operacional	1244
3	Classificação de acordo com o exercício social	1244
4	Despesas financeiras e variações monetárias passivas	1245
5	Encargos financeiros (juros) a transcorrer	1246
6	Dívidas de operações não usuais com pessoas ligadas	1248
7	Critérios de avaliação do passivo exigível	1248
8	Obrigações, encargos e riscos	1250
9	Obrigações em moeda estrangeira	1251
10	Obrigações em moeda nacional	1252
11	Deságio na emissão de debêntures	1253
12	Prêmio recebido na emissão de debêntures	1254
13	Custo de transação na emissão de debêntures	1257
14	Doações e subvenções	1258
15	Subvenções para investimentos mediante incentivos fiscais	1259

16	Benefícios a empregados	1260
16.1	Passivo atuarial	1267
17	Ajuste de passivo não circulante a valor presente	1267
18	Resultados de exercícios futuros e receitas diferidas	1271
	Questões comentadas	1274
	Capítulo 24 – Patrimônio líquido	1285
1	Composição	1285
1.1	Capital social	1286
1.1.1	Gastos com emissão de títulos patrimoniais	1288
1.2	Reservas de capital	1291
1.2.1	Ágio na emissão de ações	1292
1.2.1.1	Ágio na conversão de debêntures em ações	1293
1.2.2	Produto da alienação de partes beneficiárias	1294
1.2.3	Produto da alienação de bônus de subscrição	1295
1.2.4	Prêmio na emissão de debêntures (extinta)	1296
1.2.5	Doações e subvenções para investimentos (extinta)	1297
1.2.6	Utilização das reservas de capital	1298
1.2.7	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	1300
1.3	Ajustes de avaliação patrimonial	1301
1.4	Reserva de reavaliação (extinta)	1303
1.5	Reservas de lucros	1305
1.5.1	Reserva legal	1306
1.5.1.1	Limites da reserva legal	1308
1.5.1.2	Limite facultativo da reserva legal	1311
1.5.1.3	Complementação do limite facultativo	1311
1.5.2	Reservas estatutárias	1312
1.5.3	Reservas para contingências	1314
1.5.4	Reserva de incentivos fiscais	1316
1.5.5	Reserva de retenção de lucros	1318
1.5.6	Reserva de lucros a realizar	1319
1.5.7	Reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos	1322
1.5.8	Limite das reservas de lucros em relação ao capital social	1322
1.6	Ações em tesouraria	1325
1.7	Dividendo obrigatório e dividendo adicional proposto	1327
1.8	Dividendos ou lucros antecipados	1328

1.9 Destinação do lucro remanescente	1328
1.10 Lucros ou prejuízos acumulados	1329
Questões comentadas	1337

Capítulo 25 – Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados 1355

1 Conceito	1355
2 Estrutura da demonstração de lucros ou prejuízos acumulados	1357
2.1 Saldo do início do período	1357
2.2 Ajustes de exercícios anteriores	1357
2.2.1 Mudança de critério contábil	1358
2.2.2 Retificação de erro	1358
2.3 Reversões de reservas de lucros	1359
2.4 Lucro ou prejuízo líquido do exercício	1360
2.5 Transferências para reservas de lucros	1360
2.6 Dividendos propostos	1361
2.7 Parcela dos lucros incorporada ao capital	1361
2.8 Dividendos intermediários	1361
Questões comentadas	1364

Capítulo 26 – Dividendos 1371

1 Conceito	1371
2 Base para atribuição do dividendo	1372
3 Direito de reembolso em caso de redução do dividendo	1372
4 Cálculo do dividendo na hipótese de omissão do estatuto	1372
5 Reservas estatutárias e retenção de lucros	1376
6 Alteração do estatuto omissivo sobre o cálculo dos dividendos	1376
7 Retenção dos dividendos na companhia fechada	1378
8 Reserva especial – dividendos obrigatórios não distribuídos	1378
9 Dividendos intermediários	1378
10 Pagamento dos dividendos	1379
11 Destinação do lucro remanescente	1380
Questões comentadas	1382

Capítulo 27 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido	1391
1 Aspectos legais	1391
Questões comentadas	1401

Capítulo 28 – Demonstração dos fluxos de caixa 1405

1 Conceitos	1405
2 Fluxos das operações	1409
3 Fluxos dos financiamentos	1410
4 Fluxos dos investimentos	1413
5 Métodos de elaboração	1414
5.1 Método direto	1414
5.1.1 Identificação de recebimentos e pagamentos	1416
5.2 Método indireto	1420
5.2.1 Receitas que não afetam os fluxos de caixa	1429
5.2.2 Despesas que não afetam os fluxos de caixa	1431
6 Juros e dividendos	1432
7 Imposto de Renda e contribuição social sobre o lucro líquido	1433
8 Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa	1433
Questões comentadas	1435

Capítulo 29 – Demonstração do valor adicionado 1453

1 Conceitos	1453
2 Aspectos legais	1456
3 Modelo proposto pelo CPC	1457
Modelo I – demonstração do valor adicionado – empresas em geral	1457
Questões comentadas	1470

Capítulo 30 – Demonstrações consolidadas 1477

1 Aspectos legais e objetivo	1477
2 Aplicação da consolidação	1483
3 Participação de acionistas não controladores	1489
4 Resultados não realizados nos estoques	1493

5 Resultados não realizados no ativo não circulante	1498
6 Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	1499
7 Impostos na consolidação	1499
7.1 Imposto de Renda	1500
7.2 ICMS, IPI, PIS, Cofins e ISS	1502
8 Demonstração do resultado consolidado	1503
9 Ativo diferido no consolidado	1504
Questões comentadas	1507
 Capítulo 31 – Matriz, filial, agência e sucursal	 1517
1 Matriz	1517
2 Filial	1517
3 Agência	1518
4 Sucursal	1519
5 Contabilização	1520
6 Resultados entre estabelecimentos	1520
Questões comentadas	1522
 Capítulo 32 – Concentração e extinção de sociedades	 1525
1 Aspectos gerais	1525
2 Protocolo	1527
3 Justificação	1528
4 Formação do capital	1528
5 Combinação de negócios	1529
6 Incorporação	1534
6.1 Contabilização na incorporação	1536
6.2 Incorporação com participação de uma sociedade na outra	1537
7 Fusão	1537
7.1 Contabilização na fusão	1539
8 Cisão	1540
8.1 Contabilização na cisão	1542
9 Direitos dos debenturistas	1543
10 Direitos dos credores na incorporação ou fusão	1544
11 Direitos dos credores na cisão	1544

12 Averbação da sucessão	1544
13 Participação recíproca	1544
14 Incorporação de companhia controlada	1545
15 Compensação de prejuízos fiscais	1545
Questões comentadas	1547
 Capítulo 33 – Conversão de demonstrações em moeda estrangeira	 1553
1 Objetivo	1553
2 Alcance	1553
3 Definições	1554
4 Moeda funcional	1555
5 Investimento líquido em entidade no exterior	1556
6 Itens monetários e não monetários	1557
7 Reconhecimento inicial	1558
8 Apresentação ao término de períodos de reporte subsequentes	1558
9 Reconhecimento de variação cambial	1559
10 Conversão das demonstrações contábeis	1560
10.1 Conversão de ativo e passivo	1560
10.2 Conversão de receitas e despesas	1560
10.3 Variações cambiais	1561
10.4 Conversão de entidade no exterior	1565
10.5 Baixa total ou parcial de entidade no exterior	1565
11 Efeitos inflacionários	1566
12 Correção monetária integral	1566
Questões comentadas	1567
 Bibliografia e páginas da internet	 1575

1 Conceito

Os elementos que compõem o patrimônio e suas alterações são controlados por meio de contas, cuja função é **registrar** e **expor** os bens, os direitos, as obrigações e a situação líquida patrimonial, além das receitas e despesas, com base nas quais são apurados os lucros ou prejuízos decorrentes das atividades da empresa.

Existem contas que registram os bens, os direitos, as obrigações e o patrimônio líquido. São denominadas contas **patrimoniais**, pois representam os itens que constituem o patrimônio e sua situação líquida. Há também contas **de resultado**, que indicam as variações **positivas** (receitas) e **negativas** (despesas) ocorridas no patrimônio, em virtude das atividades empresariais, e possibilitam a apuração dos lucros ou prejuízos em cada exercício.

01. (Inédita) Indicam as variações positivas e negativas na situação líquida em virtude das atividades econômicas empresariais:
- contas do ativo e do passivo.
 - contas do ativo, somente.
 - contas patrimoniais.
 - contas do patrimônio líquido.
 - contas de resultado.

As contas de resultado servem para evidenciar a variação na situação líquida causada pelos lucros ou prejuízos. Gabarito: E

Desse modo, para cada **bem** ou **agrupamento** de bens, direitos, obrigações ou situação líquida, há uma conta específica. Da mesma forma, as modificações do patrimônio, positivas ou negativas, provocadas pelas atividades da empresa são representadas por contas de resultado.

Na linguagem contábil, uma partida consiste no registro a débito ou a crédito de uma conta. Dizem-se partidas dobradas quando o mesmo valor é debitado em uma ou mais

contas e creditado em uma ou mais contas. Ou seja, existe uma partida a débito e uma contrapartida a crédito, por igual valor.

Uma conta pode ser constituída por diversas partidas a débito e a crédito. Se o total lançado a débito é superior ao total lançado a crédito, diz-se que ela tem saldo devedor. Se o total lançado a crédito supera o total a débito, o saldo é credor.

2 Classificação das contas

1 – Quanto aos **elementos** que registram, as contas podem ser divididas assim:

- patrimoniais** – registram os bens, os direitos e as obrigações, além da situação líquida;
- de resultado** – registram as receitas e as despesas;
- de compensação** – registram os principais atos administrativos. De um modo geral, as empresas não utilizam contas de compensação. Todavia, por determinação do Banco Central do Brasil, as instituições financeiras são obrigadas a escriturar, por meio de contas de compensação, os atos administrativos relevantes. As pessoas jurídicas de direito público também são obrigadas, por lei, a utilizar contas de compensação.

2 – Quanto à **natureza** do **saldo**, as contas podem ser:

- devedoras** – são de natureza devedora as contas do ativo, de despesa, retificadoras do passivo exigível e retificadoras do patrimônio líquido;
- credoras** – são de natureza credora as contas do passivo exigível, do patrimônio líquido, de receita e retificadoras do ativo.

02. (Inédita) Em regra, as contas do ativo, passivo exigível, patrimônio líquido, receita e despesa são de natureza, respectivamente:

- devedora, credora, credora, devedora e credora.
- credora, credora, credora, devedora e credora.
- devedora, credora, credora, credora e devedora.
- credora, devedora, devedora, devedora e credora.
- devedora, credora, credora, devedora e devedora.

As contas do ativo (com exceção das retificadoras) e de despesas são devedoras; as de passivo exigível, patrimônio líquido (exceto as retificadoras) e receita são credoras. Gabarito: C

Conta **retificadora**, também denominada conta redutora, diminutiva ou negativa, é a que tem a função de **reduzir** o saldo de outra conta, como é o caso das contas Depreciação Acumulada (retificadora do ativo) e Capital a Realizar (retificadora do PL).

03. (Inédita) A conta Depreciação Acumulada pode ser classificada como

- redutora do ativo e credora.
- retificadora do ativo e devedora.
- negativa do passivo e credora.
- positiva do ativo e credora.
- retificadora de resultado e credora.

De natureza credora, a conta Depreciação Acumulada é retificadora de contas que registram bens materiais de uso permanente. Gabarito: A

04. (Contador/Cespe) Os saldos devedores ou credores das contas retificadoras serão apresentados como valores redutores das contas ou grupo de contas que lhes deram origem.

- () certo
() errado

As contas retificadoras podem ser redutoras do ativo, do passivo exigível ou do patrimônio líquido. Gabarito: certo.

05. (Analista/Cespe) A conta depreciação acumulada é patrimonial e redutora do ativo.

- () certo
() errado

Veja um exemplo:

<i>Ativo</i>	
Veículos	1.000
(-) Depreciação Acumulada	(400)
Valor contábil	600

Gabarito: certo.

3 – Quanto à **variação** na natureza do **saldo**, as contas podem ser:

- estáveis** – são as contas cujo saldo só pode ser devedor ou credor, sem variação (em regra, as contas são estáveis);

b) **instáveis** – são as contas cujo saldo ora pode ser devedor, ora, credor. É o caso, por exemplo das contas: Resultado do Exercício; Mercadorias, quando utilizada com função mista; e Contas-Correntes, que registra, por exemplo, débitos e créditos com um mesmo cliente ou fornecedor.

4 – Quanto à **movimentação** que sofrem, as contas podem ser:

a) **unilaterais** – em regra, recebem registro apenas a débito ou apenas a crédito. É o caso das contas Capital Social, em geral creditada, e Veículos, normalmente debitada. A conta Capital Social eventualmente pode ser debitada, em virtude, por exemplo, da saída de um sócio da sociedade. Ainda assim, ela é conta unilateral, pois a regra é que seja creditada;

b) **bilaterais** – são contas que regularmente recebem registro tanto a débito quanto a crédito. É o caso das contas Caixa e Fornecedores.

5 – Quanto à necessidade de **desdobramento** ou divisão, as contas podem ser:

a) **sintéticas** – são as contas não divididas em subcontas;

b) **analíticas** – são as contas divididas em subcontas. A conta Bancos Conta Movimento, por exemplo, normalmente é desdobrada em subcontas, de acordo com o número de instituições financeiras em que a empresa mantém conta bancária (Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal). O total dos saldos das subcontas deve ser igual ao saldo da conta.

06. (Inédita) A conta que só pode apresentar saldo devedor, nunca credor, é classificada como

- unilateral.
- bilateral.
- sintética.
- estável.
- analítica.

Contas estáveis são aquelas cujo saldo só pode ser devedor ou credor, sem variação, como por exemplo a conta Caixa, que só pode ter saldo devedor (se não for igual a zero). Gabarito: D

3 Elementos essenciais da conta

No **livro-Razão**, há o controle do movimento a débito, do movimento a crédito e do saldo de cada conta:

Título da Conta:

Data	Histórico	Débito	Crédito	Saldo D/C

Considerando a ficha anterior, os elementos essenciais da conta são:

- ✓ título (nome);
- ✓ data da ocorrência do fato contábil;
- ✓ histórico do fato contábil;
- ✓ valor debitado;
- ✓ valor creditado;
- ✓ saldo.

07. (Esaf/Adaptada) Itens

- Título
- Estorno
- Ativo
- Data da Operação
- Saldo
- Situação Líquida
- Valor do Débito
- Valor do Crédito
- Local

Os elementos essenciais da conta constantes dos itens relacionados são em números de

- seis.
- sete.
- quatro.
- oito.
- cinco.

Dos elementos essenciais, num total de seis, apenas cinco são apresentados na questão: título, data da operação, saldo, valor do débito e valor do crédito. Gabarito: E

Para efeitos didáticos, a conta é representada na forma de um “T”, denominado **razonete** por ser uma representação resumida de uma página do livro-Razão:

O plano de contas estabelece a relação de **títulos** ou rubricas adotadas nos registros contábeis das operações da empresa (elenco de contas), indicando a **função** e o **funcionamento** de cada conta, bem como a forma como seus saldos são **encerrados**.

09. (Técnico/Cespe) São partes de um plano de contas: descrição do funcionamento das contas, elenco de contas e método de encerramento de contas, entre outras.

() certo

() errado

O funcionamento de uma conta indica quando ela deve ser lançada a débito ou a crédito. Gabarito: certo.

O plano de contas deve ser **flexível** de forma a poder ser adaptado, mediante inclusão ou exclusão de contas, em virtude da ocorrência de fatos contábeis inicialmente não previstos e da dinâmica própria da atividade empresarial.

A **função** das contas é representar os itens patrimoniais e de resultado. Assim, a conta pode traduzir um elemento patrimonial (bem, direito ou obrigação, além da situação líquida) ou de resultado (receita ou despesa).

O **funcionamento** da conta se dá por intermédio do mecanismo de débito e crédito, que indica o aumento ou diminuição do saldo.

4.1 Função das contas patrimoniais

A título de ilustração, apresentamos em seguida uma relação simplificada de contas patrimoniais e suas respectivas funções. As contas de resultado e o mecanismo de débito e crédito (método das partidas dobradas) serão abordados mais adiante.

Contas de ativo

Caixa – registra o dinheiro existente em tesouraria. Seu saldo deve indicar o valor em moeda mantido no caixa da empresa. Enquanto não forem depositados em banco, os cheques de terceiros mantidos em tesouraria podem ser lançados na conta Caixa. No entanto, efetuado o depósito, o valor dos cheques deve ser transferido para a conta Bancos Conta Movimento. Em regra, o saldo da conta Caixa aumenta ou diminui em virtude dos valores recebidos ou pagos em dinheiro.

Bancos Conta Movimento – representa a conta-corrente de livre movimentação, mantida em banco pela empresa. O saldo desta conta é aumentado pelos depósitos e diminuído pelos saques. A conta Bancos Conta Movimento é dividida em subcontas, de acordo com os bancos em que a empresa mantém conta. Assim, para cada instituição financeira,

deve haver uma subconta distinta (Bancos Conta Movimento – Banco do Brasil S/A, Bancos Conta Movimento – Caixa Econômica Federal).

Bancos Conta Vinculada – indica o saldo em conta bancária que não pode ser movimentada livremente. É o caso dos depósitos judiciais, dos depósitos para garantir participação em licitação, dos depósitos vinculados à importação de bens.

Aplicações Financeiras – registra as aplicações realizadas em instituições financeiras. É usual as empresas aplicarem valores existentes em conta-corrente enquanto estão disponíveis. Neste caso, ocorre a transferência do valor aplicado: da conta Bancos Conta Movimento para Aplicações Financeiras. Quando do resgate da aplicação, o valor investido, juntamente com os acréscimos, retorna à conta Bancos Conta Movimento. Para as aplicações em investimentos que não exigem prazo mínimo para resgate, pode ser utilizada a conta Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata ou Instantânea.

Duplicatas a Receber ou Devedores por Duplicatas – registra as contas a receber de clientes em função de vendas a prazo com emissão de duplicatas. Quando da venda a prazo, o saldo dessa conta aumenta. No momento do recebimento da duplicata, diminui. Como expressão sinônima, pode-se adotar a conta Clientes, que também é empregada nas operações a prazo sem emissão de duplicatas.

Valores Mobiliários – registra títulos e valores mobiliários (ações, por exemplo) emitidos por outras sociedades, que foram adquiridos pela empresa como investimento.

Seguros a Vencer – registra a parcela da despesa de seguro (contra incêndio, furto, colisão) paga antecipadamente, quer dizer, relativa a período de cobertura ainda não transcorrido (seguros pagos antecipadamente). Representa um direito, pois, teoricamente, se o contrato de seguro for rescindido, a empresa segurada terá direito à restituição da parcela que foi paga antecipadamente.

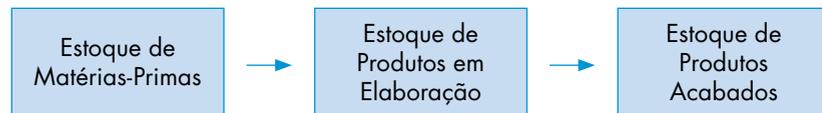
Mercadorias ou Estoque de Mercadorias – registra os bens móveis adquiridos para revenda. Qualquer que seja o bem adquirido para comercialização (sapatos, tecidos, roupas, veículos, gêneros alimentícios), se for móvel, poderá ser chamado de mercadoria. Não são mercadorias os bens imóveis, mesmo quando destinados à venda, nem os bens adquiridos para uso ou consumo da empresa.

Estoque de Matérias-Primas – utilizada por empresas industriais, registra o estoque de bens destinados à fabricação de outros bens para a comercialização. Nas aquisições de matérias-primas, o saldo da conta aumenta. Quando da remessa de matérias-primas do estoque para o setor de produção, o saldo da conta diminui.

Estoque de Produtos em Elaboração – conta utilizada por empresas industriais, registra o estoque de bens ainda em fabricação que, uma vez concluídos, serão destinados à comercialização. O saldo da conta é aumentado em virtude dos gastos com matérias-primas, mão de obra direta e custos indiretos de fabricação necessários à produção.

E é diminuído quando da conclusão do produto, com a sua transferência para a conta Estoque de Produtos Acabados.

Estoque de Produtos Acabados – conta utilizada por empresas industriais, registra o estoque de bens fabricados pela empresa destinados à comercialização.



Estoque de Materiais de Uso ou Consumo – registra o estoque de bens móveis destinados a uso ou consumo pela empresa. É o caso, por exemplo, do material de escritório e limpeza.

ICMS a Recuperar – utilizada para registrar o ICMS incluído no preço dos bens adquiridos pela empresa, a ser compensado com o ICMS incidente sobre as vendas. O ICMS é um imposto não cumulativo, vale dizer, do imposto incidente sobre as vendas, o contribuinte pode deduzir o ICMS incluído nas operações de compra de mercadorias. Ao fim de cada período de apuração (em regra, mensal), há o confronto do ICMS das vendas com o ICMS das compras, pagando-se, se for o caso, o saldo favorável àquele.

Adiantamentos a Fornecedores – registra os adiantamentos concedidos a fornecedores por conta de bens e serviços que serão recebidos pela entidade. O dinheiro adiantado ao fornecedor sai da conta Caixa, e a contrapartida é contabilizada na conta Adiantamentos a Fornecedores. Quando a empresa recebe as mercadorias ou serviços, eles são registrados no ativo, enquanto a conta de adiantamento é baixada (zerada).

Adiantamentos a Empregados – registra contas a receber de empregados em virtude de antecipação de salários durante o mês. Quando do pagamento dos salários devidos, a empresa faz a compensação, desembolsando apenas a diferença.

Edificações (de Uso) – registra o custo de aquisição ou construção (sem computar o valor do terreno) de salas, galpões, prédios e demais edificações destinadas a uso nas atividades da empresa.

Terrenos (de Uso) – registra o custo de aquisição, sem computar o valor das edificações, de terrenos destinados a uso nas atividades da empresa. Pode-se utilizar a conta Imóveis e discriminar, por subcontas, o valor das edificações e dos terrenos.

Instalações – registra gastos com instalações (elétricas, hidráulicas) em imóveis de uso nas atividades da empresa.

Veículos – registra os veículos de uso nas atividades da empresa, como é o caso dos destinados à entrega de mercadorias a clientes e ao transporte de empregados e diretores.

Móveis e Utensílios – registra os móveis e utensílios de escritório, como equipamentos de informática, mesas, cadeiras, estantes.

Máquinas e Equipamentos – registra máquinas e equipamentos de uso na atividade industrial, ou seja, destinados à produção.

Contas de passivo exigível

Duplicatas a Pagar ou Credores por Duplicatas – representa as obrigações provenientes das aquisições de mercadorias a prazo, mediante aceite de duplicatas. Em substituição a Duplicatas a Pagar, algumas empresas utilizam a conta Fornecedores, que também serve para registrar compras a prazo sem aceite de duplicatas.

Empréstimos e Financiamentos Bancários – registra dívidas com bancos oriundas de empréstimos e financiamentos. Os primeiros são operações realizadas sem destinação específica ou vínculo à comprovação da aplicação dos recursos obtidos, de que são exemplos empréstimos para capital de giro, empréstimos pessoais e adiantamentos a depositantes. Já financiamentos são operações realizadas com destinação específica, vinculadas à comprovação da aplicação dos recursos, como é o caso dos financiamentos para a aquisição de imóveis, máquinas, equipamentos e bens de consumo. O dinheiro obtido só pode ser usado conforme o contrato de financiamento estabelece.

ICMS a Recolher – registra o valor do ICMS incidente sobre as vendas, incluído no preço de venda, a ser compensado com o ICMS a recuperar, lançado no ativo quando da compra de mercadorias.

Salários a Pagar – registra dívidas com empregados, oriundas de salários vencidos e ainda não pagos. Ao fim de cada mês, os salários não pagos são registrados nessa conta. Quando do pagamento, seu saldo é encerrado.

Adiantamentos de Clientes – registra os adiantamentos recebidos de clientes por conta de bens e serviços ainda não entregues ou prestados.

Provisão para o Imposto de Renda – registra dívida decorrente do Imposto de Renda devido e ainda não pago.

Contas de patrimônio líquido

Capital Social (subscrito) – registra o valor comprometido pelos sócios para a formação do patrimônio inicial da sociedade, bem como as posteriores alterações do capital. O capital realizado é calculado pela diferença entre as contas Capital Social (subscrito) e Capital a Realizar.

Capital a realizar – registra a parte do capital social subscrito que os sócios ainda não realizaram. Capital Realizado = Capital Subscrito – Capital a Realizar.

Reservas de Capital – registram receitas que, em virtude de não representarem um esforço realizado pela entidade, não são contabilizadas como parte do resultado, ou seja, receitas que não afetam a apuração do lucro ou prejuízo.

Reservas de Lucros – registram a parte do lucro do exercício destinada a formação de reservas com diversas finalidades. A mais conhecida entre essas reservas é a reserva de legal, constituída com a finalidade de evitar que o capital seja atingido por eventuais prejuízos acumulados.

Lucros ou Prejuízos Acumulados – para esta conta são transferidos os lucros ou prejuízos (resultados) apurados em cada exercício, mediante o confronto das receitas com as despesas. Permanecem em Lucros ou Prejuízos Acumulados apenas os resultados que ainda não receberam uma destinação. Por determinação da Lei das Sociedades por Ações, a companhia não pode apresentar lucros acumulados no balanço. Portanto, na S/A, o lucro do exercício deve ser integralmente destinado para dividendos, reservas etc.

5 Sistema de contas

Um sistema de contas consiste no agrupamento de contas que possuem **características comuns**, com o objetivo de tornar mais simples e organizado o acompanhamento e estudo do patrimônio e de suas modificações. Assim, é possível agrupar num sistema apenas as contas patrimoniais, por exemplo.

Na Contabilidade Pública que é aplicável às pessoas jurídicas de direito público (União, estados, municípios), há diversos sistemas de contas: sistema orçamentário, usado para o controle e execução dos valores previstos no orçamento; sistema financeiro, que envolve os pagamentos e recebimentos em geral; sistema patrimonial, que registra as modificações ocorridas no patrimônio; e sistema de compensação, utilizado para registro de atos administrativos relevantes.

6 Elenco de contas

Elenco de contas é uma **relação** das contas utilizadas por uma empresa em sua escrituração contábil. Diferente do plano de contas, o elenco de contas **não** indica a função e o funcionamento das contas. Trata-se de uma **listagem** das contas a serem adotadas nos registros contábeis.

Veja em seguida uma relação com as principais contas utilizadas em provas recentes por diversas organizadoras de concursos.

6.1 – Ativo Circulante (saldo devedor, exceto as retificadoras)

- Adiantamentos a Empregados
- Adiantamentos a Fornecedores
- Adiantamentos a Terceiros
- Ajuste de Contas a Receber a Valor Presente (retificadora – credora)
- Aluguéis a Apropriar
- Aluguéis a Receber
- Aluguéis a Vencer
- Aluguéis Ativos a Receber
- Aluguéis Passivos a Apropriar
- Aplicações de Liquidez Imediata
- Aplicações em Instrumentos Financeiros
- Aplicações em Ouro
- Aplicações Temporárias em Ouro
- Ativo Não Circulante Mantido para Venda
- Bancos
- Bancos Conta Movimento
- Bancos Conta Vinculada
- Caixa
- Cheques em Cobrança
- Cheques em Trânsito
- Clientes
- Coligadas e Controladas Transações Operacionais
- Créditos a Receber
- Créditos de Financiamento
- Créditos de Funcionamento
- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados
- Despesas a Apropriar
- Despesas a Vencer
- Despesas Antecipadas
- Despesas Antecipadas de Aluguéis
- Despesas Antecipadas de Assinaturas
- Despesas Antecipadas de Juros
- Despesas Antecipadas de Passagens Aéreas
- Despesas Antecipadas de Seguros
- Despesas do Exercício Seguinte

Devedores por Duplicatas
 Disponibilidades
 Disponível
 Duplicatas a Receber
 Duplicatas Emitidas
 Duplicatas Protestadas
 Estoque de Material de Consumo
 Estoque de Material de Uso
 Estoque de Matérias-Primas
 Estoque de Produtos Acabados
 Estoque de Produtos em Elaboração
 Estoques
 Estoques de Mercadorias
 ICMS a Recuperar
 ICMS sobre Compras
 Impostos a Recuperar
 IPI a Recuperar
 Juros a Apropriar
 Juros Pagos Antecipadamente
 Juros sobre o Capital Próprio a Receber
 Máquinas para Revenda
 Matérias-Primas
 Mercadorias
 PDD – retificadora (retificadora – credora)
 Perdas Estimadas em Recebíveis no Curto Prazo (retificadora – credora)
 Prêmio de Seguro a Apropriar
 Produtos Acabados
 Produtos em Elaboração
 Provisão para Ajuste de Estoque ao Valor de Mercado (retificadora – credora)
 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (retificadora – credora)
 Provisão para Devedores Duvidosos (retificadora – credora)
 Provisão para Perdas por Desvalorização de Estoque (retificadora – credora)
 Saque de Exportação
 Seguros a Vencer
 Seguros Pagos Antecipadamente
 Tributos a Compensar
 Valores Mobiliários

6.2 – Ativo Não Circulante (saldo devedor, exceto as retificadoras)

6.2.1 – Realizável a Longo Prazo

Adiantamento a Diretores
 Adiantamentos a Administradores
 Adiantamentos a Sócios
 Contas a Receber de Coligadas em Negócios Não Usuais
 Contas a Receber de Controladas em Negócios Não Usuais
 Coligadas e Controladas Transações Não Operacionais
 Depósitos Judiciais
 Empréstimos a Coligadas
 Empréstimos a Controladas
 Empréstimos a Coligadas e Controladas
 Empréstimos a Diretores
 Empréstimos a Empresas Coligadas
 Empréstimos de Curto Prazo a Empresas Coligadas
 Ajuste de Ativo Não Circulante a Valor Presente (retificadora – credora)
 ICMS a Recuperar Diferido
 Despesa Antecipada de Longo Prazo

6.2.2 – Investimentos

Ações de Coligadas
 Ações de Controladas
 Ações de Outras Empresas
 Participação Societária
 Participações Societárias em Outras Empresas
 Participações Societárias em Controladas e Coligadas
 Participações Societárias Permanentes
 Investimentos em Coligadas e Controladas
 Ágio por Rentabilidade Futura (*goodwill*) (classificação no balanço individual)
 Ágio por Rentabilidade Futura de Controladas
 Mais-Valia sobre Ativos Líquidos da Investida
 Provisão para Redução do Custo de Aquisição (retificadora – credora)
 Obras de Arte
 Antiguidades
 Terrenos Fora de Uso
 Propriedade para Investimento

6.2.3 – Imobilizado

Veículos
 Veículos de Uso
 Edifícios
 Edificações
 Edificações de Uso
 Imóveis
 Imóveis de Uso
 Terrenos
 Terrenos de Uso
 Ferramentas
 Ferramentas de Uso
 Máquinas
 Máquinas e Equipamentos
 Máquinas e Equipamentos Arrendados
 Construções em Andamento
 Benfeitorias em Propriedades de Terceiros (classificação polêmica)
 Capital Imobilizado
 Móveis e Utensílios
 Imobilizações em Andamento
 Instalações
 Instalações Elétricas e Hidráulicas
 Plantações de Eucaliptos
 Estoque de Peças para Reposição
 Peças e Conjuntos de Reposição
 Depreciação Acumulada (retificadora – credora)
 Perda de Valor Recuperável (ativo) (retificadora – credora)

6.2.4 – Intangível

Ativos Intangíveis
 Fundo de Comércio
 Marcas e Patentes
 Direitos Obtidos de Exploração de Recursos Minerais
 Direitos Autorais
 Concessões Obtidas
 Ágio por Rentabilidade Futura (*goodwill*) (classificação no balanço consolidado)

Direitos sobre Recursos Minerais
 Direitos sobre Recursos Florestais
 Amortização Acumulada (retificadora – credora)
 Exaustão Acumulada (retificadora – credora)

6.3 – Passivo Circulante (saldo credor, exceto as retificadoras)

Adiantamentos de Clientes
 Ajuste de Contas a Pagar a Valor Presente (retificadora – devedora)
 Aluguéis a Pagar
 Bancos Conta Empréstimo (= dívida por empréstimo bancário)
 Cofins a Pagar
 Cofins a Recolher
 Contas a Pagar
 Credores por Duplicatas
 CSLL a Pagar
 CSLL a Recolher
 Débitos de Financiamento
 Débitos de Funcionamento
 Despesas Financeiras a Transcorrer (retificadora – devedora)
 Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar
 Dividendos a distribuir
 Dividendos a Pagar
 Dividendos Propostos
 Duplicatas a Pagar
 Duplicatas Aceitas
 Duplicatas Descontadas (classificação polêmica)
 Empréstimos
 Empréstimos a Pagar
 Empréstimos Bancários Obtidos
 FGTS a Recolher
 Financiamentos
 Financiamentos a Pagar
 Fornecedores
 ICMS a Pagar
 ICMS a Recolher
 ICMS Retido na Fonte
 Imposto de Renda a Pagar

Imposto de Renda a Recolher
 IR retido na Fonte
 IR de Empregados
 Impostos a Pagar
 Impostos a Recolher
 INSS dos Empregados a Pagar
 INSS Retido na Fonte
 IPI a Pagar
 IPI a Recolher
 ISS a Pagar
 ISS Retido na Fonte
 Juros a Trancorrer (retificadora – devedora)
 Juros Ativos a Apropriar
 Juros Recebidos Antecipadamente
 Juros sobre o Capital Próprio a Pagar
 Notas Promissórias Emitidas
 Participações a Pagar
 Participações sobre o Lucro a Pagar
 PIS a Pagar
 PIS a Recolher
 Provisão para 13º Salário
 Provisão para a CSLL
 Provisão para Contingências
 Provisão para Férias
 Provisão para o Imposto de Renda
 Receitas a Apropriar
 Receitas Antecipadas
 Salários a Pagar
 Tributos a Recolher

Observação: várias bancas ainda classificam a conta Duplicatas Descontadas como retificadora do ativo.

6.4 – Passivo Não Circulante (saldo credor, exceto as retificadoras)

Empréstimos a Longo Prazo
 Empréstimos Recebidos de Longo Prazo
 Financiamentos de Longo Prazo

Empréstimos de Longo Prazo
 Receitas a Apropriar de Doações (recebidas sob condição ou contrapartida)
 Títulos a Pagar em Longo Prazo
 Ajuste de Contas a Pagar a Valor Presente (retificadora – devedora)
 Ajuste de Passivo Não Circulante a Valor Presente (retificadora – devedora)
 Ajuste de Fornecedores a Valor Presente (retificadora – devedora)
 Prêmio na Emissão de Debêntures
 Provisão para Tributos Diferidos
 Provisão para a CSLL Diferida
 Provisão para o Imposto de Renda Diferido
 Lucros em Vendas para Controladas
 Transações Não Recorrentes – créditos de acionistas
 Receita a Apropriar de Doações Governamentais para Investimentos
 Receita Diferida

6.5 – Patrimônio Líquido (saldo credor, exceto as retificadoras)

Capital
 Capital Social
 Capital Subscrito (= capital social)
 Custos de Transação na Emissão de Ações (retificadora – devedora)
 Capital a Realizar (retificadora – devedora)
 Gastos com Emissão de Ações (retificadora – devedora)
Reservas de Capital:
 Ágio na Emissão de Ações
 Reserva de Ágio na Emissão de Ações
 Produto da alienação de Bônus de Subscrição
 Produto da alienação de Partes Beneficiárias
 Ajustes de Avaliação Patrimonial
 Ajustes de Avaliação Patrimonial (saldo credor)
 Ajustes Patrimoniais Financeiros (= ajustes de avaliação patrimonial)
 Ajustes de Avaliação Patrimonial (saldo devedor) (retificadora – devedora)
 Outros Resultados Abrangentes
 Reserva de Reavaliação (enquanto não realizada)
Reservas de Lucros
 Reserva Legal
 Reservas para Contingências
 Reservas Estatutárias

Reserva de Incentivos Fiscais
 Reserva de Lucros a Realizar
 Reserva de Retenção de Lucros
 Reserva Especial para Dividendos Obrigatórios Não Distribuídos
 Outras Reservas de Lucros
 Lucros Acumulados
 Ações em Tesouraria (retificadora – devedora)
 Prejuízos Acumulados (retificadora – devedora)

6.6 – Resultado

6.6.1 – Receitas (saldo credor)

Aluguéis Ativos
 Comissões Ativas
 Descontos Ativos
 Descontos Condicionais Obtidos
 Descontos Obtidos
 Ganho na Equivalência Patrimonial
 Insubsistência Ativa
 Insubsistência do Passivo
 Juros Ativos
 Juros sobre o Capital Próprio (recebidos de outras empresas)
 Receita Bruta de Vendas
 Receita de Aluguel de Imóveis
 Receita de Dividendos
 Receita de Dividendos
 Receita de Dividendos de Investimentos Avaliados pelo Custo de Aquisição
 Receita de Juros
 Receita de Reversão
 Receita de Reversão de Provisão
 Receita de Vendas
 Receita de Vendas de Bens do Ativo Imobilizado
 Receita de Vendas de Participações Societárias
 Receitas de Comissões
 Receitas de Doações (ver observação)
 Receitas de Prestação de Serviços
 Receitas de Serviços

Receitas Financeiras
 Resultado da Equivalência Patrimonial (positivo)
 Resultado Positivo de Investimentos Avaliados pelo Patrimônio Líquido
 Reversão de PDD
 Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
 Reversão de Perda por *Impairment* (ajuste a valor recuperável de ativo)
 Reversão de Provisões
 Superveniência Ativa
 Superveniência do Ativo
 Variações Cambiais Ativas
 Variações Monetárias Ativas
 Vendas
 Vendas de Mercadorias

Observação 1: segundo o CPC 16 (R1), **descontos comerciais**, **abatimentos** e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do **custo de aquisição**. Vale dizer, o valor a ser lançado no estoque é o valor líquido da compra. Assim, não é correto lançar o estoque pelo valor bruto, muito menos registrar como receita os descontos e abatimentos obtidos na compra.

Observação 2: as doações recebidas sob **condição** ou **contrapartida** a ser dada pela entidade recebedora (donatária) devem ser registradas como passivo ou retificação do ativo (receita a apropriar) para posterior apropriação ao resultado, à medida que nele seja apropriada a despesa correspondente.

6.6.2 – Despesas (saldo devedor)

Abatimentos Concedidos
 Abatimentos sobre Vendas
 Aluguéis
 Aluguéis Passivos
 Cofins
 Cofins sobre Faturamento
 Comissões
 Comissões dos Vendedores
 Comissões sobre Vendas
 Consumo
 Consumo Efetuado

Contribuições
 Contribuição para o FGTS
 Contribuição para o INSS
 Contribuição para o INSS Patronal
 Contribuição Previdenciária
 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
 CSLL
 Custo das Mercadorias Vendidas
 Custo dos Produtos Vendidos
 Custo dos Serviços Prestados
 Desconto por Pagamento Antecipado
 Descontos
 Descontos Comerciais Concedidos
 Descontos Concedidos
 Descontos Concedidos a Grandes Clientes
 Descontos Condicionais
 Descontos Condicionais Concedidos
 Descontos Financeiros
 Descontos Financeiros Concedidos
 Descontos Passivos
 Desenvolvimento
 Despesas com Crédito de Liquidação Duvidosa
 Despesas com Horas Extras
 Despesas com Imposto de Renda e CSLL
 Despesas com Material de Consumo
 Despesas com Material de Uso
 Despesas com PDD
 Despesas com Pessoal
 Despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
 Despesas com Provisão para Perdas
 Despesas com Salários
 Despesas de Aluguéis
 Despesas de Amortização
 Despesas de Depreciação
 Despesas de Exaustão
 Despesas de Fretes
 Despesas Administrativas
 Despesas com Tributos sobre o Lucro

Despesas com Vendas
 Despesas Comerciais
 Despesas de Água, Luz e Telefone
 Despesas Financeiras
 Despesas Gerais
 Despesas Provisionadas
 Devoluções de Vendas
 Devoluções de Vendas de Exercícios Anteriores
 Encargos de Amortização
 Encargos de Depreciação
 Encargos de Exaustão
 FGTS
 Fretes
 Fretes e Carretos
 Fretes sobre Vendas
 Gastos com Desenvolvimento
 Gastos com Desenvolvimento de Produtos
 Gastos com Pesquisas
 Gastos com Pesquisas de Produtos
 Honorários
 Honorários da Diretoria
 Horas Extras
 ICMS
 ICMS sobre Vendas
 INSS
 INSS Patronal
 Insubstitência do Ativo
 Insubstitência Passiva
 IPI sobre o Faturamento Bruto
 ISS
 ISS sobre Serviços Prestados
 Juros
 Juros Passivos
 Lucro na Venda de Imobilizado
 Lucro na Venda de Terrenos
 Material Consumido
 Material de Consumo
 Participações de Administradores

Participações de Debenturistas
 Participações de Empregados
 Participações de Partes Beneficiárias
 Perda por *Impairment* (valor recuperável)
 Perda de Valor Recuperável
 Perdas por Equivalência Patrimonial
 Pesquisas
 PIS
 PIS sobre o Faturamento
 Resultado de Equivalência Patrimonial (negativo)
 Superveniência Passiva
 Superveniências do Passivo
 Variações Cambiais Passivas
 Variações Monetárias Passivas
 Vendas Canceladas

6.7 – Contas de Compensação

6.7.1 – Contas de Compensação Ativas

Imóveis Hipotecados
 Títulos Endossados
 Seguros Contratados
 Bens Recebidos em Arrendamento
 Contratos de Alienação Fiduciária
 Consignatários
 Bens Penhorados
 Títulos Caucionados

6.7.2 – Contas de Compensação Passivas

Hipotecas
 Endossos Para Desconto
 Contratos de Seguros
 Contratos de Arrendamento
 Responsabilidade Por Financiamentos
 Mercadorias Consignadas
 Penhores
 Endossos para Caução

Instrumentos financeiros

1 Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer **contrato** que dê origem a um **ativo financeiro** (caixa, conta a receber, ações de outras entidades) para uma entidade e a um **passivo financeiro** (obrigação, por exemplo) ou **instrumento patrimonial** para outra entidade. Por exemplo, mediante um instrumento financeiro de emissão de títulos representativos de dívida (contrato), uma entidade adquire debêntures de outra entidade. A primeira tem um ativo financeiro (debêntures a receber), enquanto a segunda tem um passivo financeiro (debêntures a pagar), como segue:

Instrumento financeiro	
Entidade A	Entidade B
Ativo financeiro	Passivo financeiro
Debêntures a receber	Debêntures a pagar

1.1 Espécies de instrumentos financeiros ativos

Um instrumento financeiro **ativo** pode ser classificado em quatro categorias:

- 1 - ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado (destinado à negociação);
- 2 - investimento mantido até o vencimento;
- 3 - empréstimos e contas a receber (recebíveis); e
- 4 - ativo financeiro disponível para venda.

1.2 Critérios de avaliação

As aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo, são avaliadas pelo:

- 1 - valor **justo**, quando se tratar de aplicações destinadas: a) à negociação; ou b) disponíveis para venda;
- 2 - valor de **custo de aquisição** ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, **ajustado** ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso de aplicações mantidas até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

Cuidado! Na hipótese de aplicações mantidas até o vencimento e de empréstimos e recebíveis, o critério de ajuste do CPC, que adota o conceito de **custo amortizado**, é diferente do critério da Lei das S/A no que diz respeito aos juros, os quais, pelo CPC, são incorporados ao custo de aquisição.

Custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o seu montante inicial (custo de aquisição), menos as amortizações do principal, mais ou menos juros acumulados calculados com base na taxa de juros efetiva, menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

Lei das S/A: custo de aquisição + atualização – amortização – redução por ajuste

CPC: custo de aquisição + atualização – amortização + **juros** – redução por ajuste

Nos termos do CPC 38, desde que possível, todos os **derivativos** devem ser avaliados pelo **valor justo**, assim como os instrumentos classificados como mensurados pelo valor justo por intermédio do resultado (destinados à negociação) e disponíveis para a venda. Empréstimos e recebíveis e títulos mantidos até o vencimento **não** são mensurados pelo valor justo.

Instrumentos financeiros	Critérios de avaliação – CPC
Destinados à negociação	Valor justo
Disponíveis para venda	Valor justo
Mantidos até o vencimento	Custo amortizado (atualização, amortização, juros e ajuste ao valor provável)
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (atualização, amortização, juros e ajuste ao valor provável)

01. (Analista/Copergás/FCC/2011) As aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, quando destinadas à negociação ou disponíveis para venda, serão avaliadas pelo seu custo de aquisição.
 certo
 errado

Quando destinadas à negociação ou disponíveis para venda, as aplicações em instrumentos financeiros são avaliadas pelo seu valor justo. Gabarito: errado.

1.3 Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado

Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, ou **destinado à negociação**, é um ativo financeiro que satisfaz **qualquer** das seguintes condições:

- 1 - é classificado como mantido para negociação, o que ocorre quando o ativo é:
 - a) adquirido ou incorrido principalmente com a finalidade de **venda ou recompra no curto prazo**;
 - b) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são gerenciados em conjunto e para os quais existe evidência de modelo real recente de realização de lucros a **curto prazo**; ou
 - c) em regra, **derivativo**;
- 2 - é designado pela entidade, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

02. (Técnico/Cespe) Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, uma vez que podem ser comercializados somente na data de seu vencimento.
 certo
 errado

Investimentos que somente podem ser negociados na data do vencimento são classificados como mantidos até o vencimento. Em regra, os derivativos são classificados como destinados à negociação. Gabarito: errado.

Instrumentos financeiros	Característica	Critérios de avaliação	Contrapartida na avaliação
Destinados à negociação (imediate)	Alienação imediata ou no curto prazo	Valor justo (<i>fair value</i>)	Resultado

1.4 Investimentos mantidos até o vencimento

São ativos financeiros **não derivativos**, com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, que a entidade tem **intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento**, exceto os que:

- 1 - a entidade designa no reconhecimento inicial pelo valor justo por meio do resultado;
- 2 - a entidade designa como disponíveis para venda; e
- 3 - satisfazem a definição de empréstimos e contas a receber.

Por exemplo, aplicações em CDB, RDB e debêntures, desde que haja intenção positiva e capacidade de mantê-las até o vencimento. Caso não possuam essas características, devem ser classificadas como disponíveis para venda. Alguns desses investimentos, dependendo do prazo de aplicação (até três meses), podem ser enquadrados como equivalentes de caixa.

03. (Técnico/Cespe) Um ativo financeiro é classificado como mantido até o vencimento, se for adquirido ou incorrido, sobretudo, para a finalidade de venda ou de recompra em prazo muito curto. São exemplos de ativos financeiros mantidos os que satisfazem a definição de empréstimos e recebíveis.
 certo
 errado

Ativo financeiro mantido até o vencimento é aquele que a entidade tem a intenção e capacidade de não negociar até o vencimento. Gabarito: errado.

No caso de aplicações que serão **mantidas até o vencimento**, o registro inicial é feito pelo custo de aquisição (valor da transação), atualizado por correção monetária ou cambial (conforme disposições legais ou contratuais), acrescido dos juros e **ajustado ao valor provável de realização** (provisão para devedores duvidosos), quando este for menor.

Instrumentos financeiros	Característica	Critério de avaliação	Contrapartida na avaliação
Mantidos até o vencimento	Não destinados à alienação imediata. Há capacidade financeira de mantê-los	Custo amortizado (atualização, amortização, juros e ajuste ao valor provável)	Resultado

04. (Analista/TRF-2ª/FCC/2012) As contas a receber em moeda estrangeira devem ter seu valor atualizado pela variação da taxa de câmbio.
 certo
 errado

As contas a receber em moeda estrangeira estão sujeitas a ajuste ao valor provável e a atualização cambial. Gabarito: certo.

05. (Analista/TCE-PR/FCC/2011) As aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento devem ser mensuradas ao valor justo.
 certo
 errado

As aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda é que são avaliadas pelo valor justo. Gabarito: errado.

06. (Analista/MPE-AP/FCC/2012) Ao classificar uma aplicação financeira como mantida até o vencimento, a aplicação será registrada pelo valor
 a) de custo de aquisição na contratação e custo amortizado durante a vigência do papel.
 b) de custo amortizado na contratação e valor justo durante a vigência do papel.
 c) justo na aquisição e durante a vigência do papel.
 d) de referência na aquisição e valor justo durante a vigência do papel, ajustado a valor de mercado no resgate.
 e) da aplicação atualizado pelo valor da variação do CDI.

A aplicação financeira classificada como mantida até o vencimento é registrada pelo custo de aquisição, e a avaliação é pelo valor de custo amortizado. São avaliadas pelo valor justo as aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda. Gabarito: A

1.5 Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros **não derivativos**, com pagamentos **fixos ou determináveis**, sem cotação em mercado ativo, exceto:

- 1 - aqueles que a entidade tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, os quais devem ser classificados como mantidos para negociação, e os que a entidade, no reconhecimento inicial, classifica como mensurado ao valor justo por meio do resultado;

- 2 - aqueles que a entidade, no reconhecimento inicial, classifica como disponíveis para venda; ou
- 3 - aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente o seu investimento inicial, por outra razão que não a deterioração do crédito, os quais serão classificados como disponíveis para venda.

Por exemplo, contas a receber de clientes, impostos a compensar, empréstimos concedidos e adiantamentos concedidos.

Quanto aos empréstimos e contas a receber, conforme a Lei das S/A, o registro inicial é feito pelo **custo de aquisição** (valor da transação), atualizado por correção monetária ou cambial, conforme disposições legais ou contratuais, e **ajustado ao valor provável de realização**, quando este for menor. Todavia, algumas bancas, como a FCC, por exemplo, têm adotado o conceito de custo amortizado, com base no CPC.

Instrumentos financeiros	Característica	Critério de avaliação	Contrapartida na avaliação
Empréstimos e Contas a Receber	Têm valores fixos ou determináveis. Não são cotados em mercado ativo	Custo amortizado (atualização, amortização, juros e ajuste ao valor provável)	Resultado

1.6 Ativos financeiros disponíveis para venda

São os ativos financeiros **não derivativos** designados como disponíveis para venda ou **não classificados** como:

- 1 - empréstimos e contas a receber;
- 2 - investimentos mantidos até o vencimento; ou
- 3 - ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ou seja, não se enquadram em nenhuma outra categoria.

07. (Contador/Cespe) Os ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda não podem ser classificados como investimentos mantidos até o vencimento.

() certo
() errado

Um ativo financeiro mantido até o vencimento é aquele que a entidade tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos classificados por exclusão, ou seja, não se enquadram em outra categoria. Gabarito: certo.

Reconhecidas inicialmente pelo **valor histórico** (valor de entrada, valor da **transação** ou custo de **aquisição**), as aplicações destinadas à negociação e disponíveis para venda, vale dizer, vinculadas à especulação financeira, devem ser avaliadas pelo seu **valor justo**. Conforme a CVM e as normas internacionais de contabilidade, valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração (o valor justo é uma mensuração baseada no valor de mercado, quando disponível, e não uma avaliação específica para a entidade). Ou seja, um valor de mercado em condições de pleno equilíbrio entre partes não ligadas envolvidas na negociação.

08. (Analista/TRT-20ª/FCC/2011) A empresa Valor e Geração S/A fez uma aplicação em CDB de 720 dias. A empresa classificou a aplicação como um instrumento financeiro com finalidade de disponibilidade para venda. Dessa forma, deve a empresa registrar na data do fato e posteriormente o CDB pelo valor

- a) da transação e a valor justo.
- b) justo e a valor de custo amortizado.
- c) de mercado e a valor de custo amortizado.
- d) médio de mercado e pelo valor de custo amortizado.
- e) de face do papel e pela média do custo da carteira da empresa.

Como se trata de título disponível para venda, o registro da entrada é feito pelo valor histórico (custo de aquisição ou valor da transação), enquanto as variações posteriores são contabilizadas pelo valor justo. Gabarito: A

09. (Técnico/Cespe) O registro de instrumentos financeiros destinados à venda futura, atualmente denominados disponíveis para venda, ocorre pelo valor histórico.

() certo
() errado

O registro de entrada é feito pelo valor histórico (custo de aquisição), regra para todos os elementos das demonstrações. Gabarito: certo.

Apenas os ativos financeiros **disponíveis para venda** têm como contrapartida a conta **Ajustes de Avaliação Patrimonial** (PL), tanto em seus ajustes positivos quanto negativos, na qual permanecem até que o ativo seja baixado. Só então o valor do ajuste deve ser

transferido para o resultado. No caso dos ativos financeiros **destinados à negociação**, a contrapartida deve ser registrada diretamente no **resultado**, como receita ou despesa financeira, antes mesmo da baixa do investimento. Já os títulos **mantidos até o vencimento** estão sujeitos a **provisão para perdas**, quando o valor de mercado (valor justo) for menor.

Instrumentos financeiros	Característica	Critério de avaliação	Contrapartida na avaliação
Disponíveis para venda	Alienação ainda indefinida	Valor justo (<i>fair value</i>)	Ajuste de avaliação patrimonial

10. (Contador/TRE-AM/FCC/2009) A empresa XYZ Industrial S/A adquiriu, em 02/01/x8, 100 Títulos do Governo, classificando-os como investimentos temporários, ao valor unitário de R\$ 1.000,00 cada um. A empresa tem intenção e capacidade financeira de manter 50% desses títulos até o seu vencimento, já os outros 50% foram classificados como disponíveis para venda futura. Esses títulos rendiam a uma taxa de 12% ao ano. Em 31/12/x8, o valor justo (valor de mercado) de cada um desses títulos era de R\$ 1.350,00. O valor a ser contabilizado como ajuste de Avaliação patrimonial no patrimônio líquido da empresa XYZ era, em reais,

- a) 11.500,00.
- b) 12.000,00.
- c) 17.500,00.
- d) 23.000,00.
- e) 35.000,00.

Em 02/01/x8, registro da aquisição dos títulos:

D - Instrumentos Financeiros – Mantidos até o vencimento	50.000
D - Instrumentos Financeiros – Disponíveis para venda	50.000
C - Caixa ou Bancos	100.000

Em 31/12/x8, registro dos juros de 12% ao ano:

D - Instrumentos Financeiros – Mantidos até o vencimento	6.000
D - Instrumentos Financeiros – Disponíveis para venda	6.000
C - Receitas Financeiras	12.000

IF – Mantidos até o vencimento	IF – Disp. p/ Venda	Receitas Financeiras
50.000	50.000	12.000
6.000	6.000	
56.000	56.000	

Valor justo dos títulos em 31/12/x8:

Títulos mantidos até o vencimento: 50 títulos x 1.350,00 = 67.500,00.

Títulos disponíveis para venda: 50 títulos x 1.350,00 = 67.500,00.

Cuidado! Somente os títulos disponíveis para venda sofrem ajuste de avaliação patrimonial (AVP).

Os títulos mantidos até o vencimento estão sujeitos a provisão para perdas, quando o valor justo for menor.

A diferença entre o valor justo dos títulos **disponíveis para venda** e o seu custo de aquisição acrescido dos juros até 31/12/x8 (marcação pela curva do papel) é registrada como **ajuste de avaliação patrimonial**.

AVP dos títulos disponíveis para venda: 67.500 – 56.000 = 11.500.

D - Instrumentos Financeiros – Disponíveis para venda

C - Ajustes de Avaliação Patrimonial 11.500

Marcação pela curva do papel é quando se considera o valor de aquisição dos títulos mais os juros diários, proporcionalmente ao tempo transcorrido desde a data de emissão do título. Gabarito: A

11. (Contador/Infraero/FCC/2011) A Cia. Paratodos, no presente exercício de 2011, mantém na sua escrituração contábil um ativo financeiro destinado para venda, cuja taxa de rendimento havia sido prefixada em 12% a.a. Se a taxa de juros de mercado para esse tipo de papel diminuir para 10% a.a., a Companhia, em obediência às novas regras de avaliação de ativos e passivos prescritas pelas atuais normas contábeis brasileiras, deve
- diminuir o valor do ativo em contrapartida a uma conta de ajuste de avaliação patrimonial.
 - aumentar o valor do ativo em contrapartida a uma conta de ajuste de avaliação patrimonial.
 - diminuir o valor do ativo em contrapartida a uma conta de resultado.
 - aumentar o valor do ativo em contrapartida a uma conta de resultado.
 - deixar inalterado o valor contábil do ativo, pois este ainda não foi negociado.

Apesar de a taxa de mercado ter caído para 10%, a taxa prefixada é de 12%. Como se trata de ativo financeiro disponível para venda, cabe o ajuste de avaliação patrimonial, com base na taxa prefixada. Gabarito: B

Classificação dos instrumentos financeiros ativos:

Instrumentos financeiros	Característica	Crítérios de avaliação	Contrapartida na avaliação
Disponíveis para venda	Alienação ainda indefinida	Valor justo (<i>fair value</i>)	Ajuste de avaliação patrimonial
Destinados à negociação (imediate)	Alienação imediata ou no curto prazo	Valor justo (<i>fair value</i>)	Resultado
Mantidos até o vencimento	Não destinados à alienação imediata. Há capacidade financeira de mantê-los	Custo amortizado (atualização, amortização, juros e ajuste ao valor provável)	Resultado
Empréstimos e recebíveis	Têm valores fixos ou determináveis. Não são cotados em mercado ativo	Custo amortizado (atualização, amortização, juros e ajuste ao valor provável)	Resultado

1.7 Apuração do valor justo

Nos termos da Lei nº 6.404/76, considera-se valor justo dos instrumentos financeiros o valor que se pode obter em um **mercado ativo** (bolsa de valores, de mercadorias e futuros), decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes; e, na **ausência de um mercado ativo** para um determinado instrumento financeiro:

- o valor que se pode obter em um **mercado ativo** com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco **similares**;
- o **valor presente líquido** dos fluxos de caixa futuros para instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares; ou
- o valor obtido por meio de **modelos matemático-estatísticos** de precificação de instrumentos financeiros.

12. (Contador/Cespe) Se o mercado para determinado instrumento financeiro não for ativo, a entidade estabelecerá o valor justo considerando o valor determinado pela última operação de compra e venda do respectivo ativo.

- () certo
() errado

Na falta de mercado ativo para o instrumento financeiro, aplica-se o valor que se pode obter em um mercado ativo com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco similares (valor de mercado). Gabarito: errado.

13. (Contador/Cespe/Adaptado) Julgue o item seguinte, de acordo com os critérios de avaliação de ativos e passivos, conforme a redação dada à Lei nº 6.404/1976 pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

O valor justo dos instrumentos financeiros pode ser obtido pelo cálculo do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros similares.

- () certo
() errado

Se não houver mercado ativo para os instrumentos financeiros ou seus similares, aplica-se o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros para instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares. Gabarito: certo.

14. (Analista/Cespe) O valor justo das aplicações em instrumentos financeiros, na ausência de mercado ativo, é obtido por meio do cálculo do valor líquido atual dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares.

- () certo
() errado

Como não há mercado ativo, cabe usar o valor líquido atual dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares. Gabarito: certo.

1.8 Derivativo

Segundo o CPC 38, derivativo é um instrumento financeiro ou outro contrato com todas estas **três** características:

- 1 - o seu valor altera-se em resposta à alteração na taxa de juros especificada, preço de instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de preços ou de taxas, avaliação ou índice de crédito, ou outra variável, desde que, quando não financeira, a variável não seja específica de uma parte do contrato;
- 2 - não é necessário qualquer investimento líquido inicial ou investimento líquido inicial que seja inferior ao que seria exigido para outros tipos de contratos que se esperaria que tivessem resposta semelhante às alterações nos fatores de mercado; e
- 3 - é liquidado em data futura.

Derivativos são instrumentos financeiros cujo valor **deriva ou depende** do preço ou desempenho de mercado de determinado bem básico ou taxa de referência. Por exemplo, o mercado futuro do dólar é uma espécie de derivativo que tem como referência o preço

do mercado à vista do dólar (conhecido o preço à vista, as partes interessadas especulam sobre sua cotação no futuro). Trata-se de investimentos similares a uma aposta: há, de um lado, quem acredite que o valor de certo bem, índice, taxa etc. subirá e, do outro, quem ache que esse preço cairá. Destina-se, assim, à especulação ou à garantia contra oscilações bruscas de preços que possam afetar os negócios da entidade.

Os mercados derivativos podem ser de quatro espécies:

- 1 - mercado futuro;
- 2 - mercado a termo;
- 3 - mercado de opções;
- 4 - mercado de *swaps*.

1.8.1 Mercado futuro

Tem a função de proteger, por meio da distribuição do risco, os agentes econômicos das variações de preços de seus produtos e de seus investimentos.

Por exemplo, se a entidade acredita que, dentro de seis meses, o preço de certo produto cairá, ela pode negociar, hoje, a venda do produto para entrega em seis meses, garantindo, assim, o preço atual, que julga ser mais vantajoso. Na outra ponta, estará um investidor que, ao contrário da entidade, acredita na alta do preço desse produto e espera ganhar dinheiro com isso.

Em geral, a liquidação dos compromissos no mercado de futuros não é feita mediante a entrega do ativo negociado. As compras e vendas dos ativos envolvidas ocorrem apenas documentalmente. Por exemplo, em um contrato envolvendo produtos agrícolas, as variações de preços são pagas ou recebidas em dinheiro ou equivalente, não em produtos.

Contratos futuros são aqueles relativos a operações para liquidação em data futura. São padronizados pelas bolsas de mercadorias e futuros, permitindo-se sua negociação até a data dos respectivos vencimentos. Nesses contratos, constam a identificação do bem (tipo, peso, quantidade), as datas de liquidação e as datas e os locais de entrega.

1.8.2 Mercado a termo

No mercado a termo, as partes assumem a posição de comprador e de vendedor em data estabelecida e a preço certo e ajustado. A diferença em relação aos contratos futuros está no fato de o mercado a termo não exigir ajustes diários. Neste último, o desembolso só ocorre na data da liquidação do contrato.

1.8.3 Mercado de opções

Opções são instrumentos financeiros por meio dos quais o titular, que pode assumir a posição de **compra** (*call*) ou de **venda** (*put*), terá um preço fixo para comprar ou vender um ativo (**preço de exercício**), em determinada data. O titular da opção paga, **antecipadamente**, um **prêmio** ao lançador da opção.

1.8.3.1 Opção de compra

Quando a entidade adquire a **opção de compra**, passa a ter a **faculdade de comprar** o ativo. O **lançador** da opção de compra, no entanto, será **obrigado a vender**, caso a entidade resolva exercer a opção. Ou seja, existe a faculdade de comprar para a entidade e a obrigação de vender para o lançador. Quando a entidade é o lançador da opção, as responsabilidades são invertidas: o adquirente tem a faculdade de comprar; e a entidade, a obrigação de vender.

Exemplo

Em 01/07/x1, a entidade A adquire a opção de comprar 100 sacas de café a R\$ 200,00 cada (total de R\$ 20.000,00). A data de vencimento é 31/07/x1, e o prêmio pago à entidade B (lançador da opção) é de R\$ 400,00.

Em 01/07/x1, a entidade A lança:

D - Opções de Compra – prêmios pagos (AC)
 C - Caixa ou Bancos 400,00

Se, em 31/07/x1, o valor de mercado de cada saca de café fosse, por exemplo, de R\$ 300,00, então a entidade A exerceria a opção de compra, pois o valor que ela pagaria para exercer a opção seria de R\$ 200,00 (diferença favorável de: R\$ 300,00 – R\$ 200,00 = R\$ 100,00 por saca).

Nessa hipótese, a despesa com a opção de compra, paga pela entidade A, seria compensada pelo lucro com o exercício da opção.

Em 31/07/x1, registro da despesa:

D - Despesas c/ Opções de Compra (prêmios pagos)
 C - Opções de Compra – prêmios pagos (AC) 400,00

Portanto, para a entidade A, o lucro seria de: R\$ 30.000,00 – R\$ 20.000,00 – R\$ 400,00 = R\$ 9.600,00.

Opções de Compra (AC)		Despesas c/ Opções	
(1) 400	400 (2)	(2) 400	

Se, na data do exercício da opção, o valor de mercado fosse menor que o valor de opção, a entidade A não exerceria a opção e teria como prejuízo o prêmio pago ao lançador, R\$ 400,00.

15. (Inédita) Em 01/07/x1, a entidade A adquire a opção de comprar 100 sacas de café a R\$ 200,00 cada (total de R\$ 20.000,00). A data de vencimento é 31/07/x1, e o prêmio pago à entidade B (lançador da opção) é de R\$ 300,00.

Se, em 31/07/x1, o valor de mercado de cada saca de café fosse de R\$ 150,00, a entidade A apuraria o resultado de

- a) (300,00).
- b) (4.700,00).
- c) (5.000,00).
- d) (5.300,00).
- e) 5.300,00.

Como o valor da opção de compra é maior que o valor de mercado (seria mais vantajoso comprar no mercado), a entidade A não exerceria a opção e teria como prejuízo o prêmio pago ao lançador. Gabarito: A

1.8.3.2 Opção de venda

Quando a entidade adquire a **opção de venda**, passa a ter a **faculdade de vender** o ativo. O **lançador** da opção de venda, porém, será **obrigado a comprar**, caso a entidade resolva exercer a opção de vender. Ou seja, existe a faculdade de vender para a entidade e a obrigação de comprar para o lançador.

Exemplo

Em 01/07/x1, a entidade A adquire a opção de vender 100 sacas de café a R\$ 200,00 cada (total de R\$ 20.000,00). A data de vencimento é 31/07/x1, e o prêmio pago à entidade B (lançador da opção) é de R\$ 400,00.

Em 01/07/x1, a entidade A lança:

D - Opções de Venda – prêmios pagos (AC)
 C - Caixa ou Bancos 400,00

Se, em 31/07/x1, o valor de mercado de cada saca de café fosse, por exemplo, de R\$ 150,00, então a entidade A exerceria a opção de venda, pois o valor que ela receberia ao exercer a opção de venda seria de R\$ 200,00 (diferença favorável de: R\$ 200,00 – R\$ 150,00 = R\$ 50,00 por saca).

Nessa hipótese, a despesa com o prêmio pago na opção de venda seria compensada pelo lucro com o exercício da opção:

Em 31/07/x1, registro da despesa:

D - Despesas c/ Opções de Venda (prêmios pagos)
C - Opções de Venda – prêmios pagos (AC) 400,00

Portanto, para a entidade A, o lucro seria de: R\$ 20.000,00 – R\$ 15.000,00 – R\$ 400,00 = R\$ 4.600,00.

Opções de Venda (AC)		Despesas c/ Opções	
(1) 400	400 (2)	(2) 400	

Se, na data do exercício da opção, o valor de mercado fosse maior que o valor de opção, a entidade A não exerceria a opção de venda e teria como prejuízo o prêmio pago ao lançador, R\$ 400,00.

16. (Inédita) Em 01/07/x1, a entidade A adquire a opção de vender 100 sacas de café a R\$ 200,00 cada (total de R\$ 20.000,00). A data de vencimento é 31/07/x1, e o prêmio pago à entidade B (lançador da opção) é de R\$ 300,00.

Se, em 31/07/x1, o valor de mercado de cada saca de café fosse de R\$ 300,00, a entidade A apuraria o resultado de

- a) (300,00).
- b) (4.700,00).
- c) (5.000,00).
- d) (5.300,00).
- e) 5.300,00.

Como o valor da opção de venda é menor que o valor de mercado, a entidade A não exerceria a opção e teria como prejuízo o prêmio pago ao lançador. Seria mais vantajoso vender no mercado. Gabarito: A

1.8.4 Mercado de swaps

A operação de *swap* envolve um acordo mediante o qual as partes assumem a obrigação de realizar, em data futura, o resultado financeiro líquido proveniente da aplicação de taxas ou índices sobre um montante utilizado exclusivamente como ativo e passivo referenciais, conforme contrato. Torna possível um *hedge* perfeito, uma vez que permite um acordo com valor e data de vencimento adequados ao interesse das partes. Os contratos de *swaps* das bolsas de mercadorias e futuros permitem trabalhar com variáveis alternativas, combinadas duas a duas: IGP-M, dólar, taxa Selic, TR etc.

Dessa forma, um investidor que tenha aplicação com remuneração em dólar, e que acredite que a variação do IGP-M será superior à variação dessa moeda, pode, por exemplo, assumir posição vendida no *swap* de IGP-M contra câmbio.

1.9 Hedge

No caso das operações com derivativos realizadas com finalidade de *hedge* (proteção), há uma contabilidade especial (*hedge accounting*), cujo objetivo é aplicar o **regime de competência** para essas operações de forma que as **variações** no valor justo do instrumento de *hedge* (derivativo) e do item objeto de *hedge* (uma dívida, por exemplo) sejam reconhecidas no resultado do exercício **simultaneamente**.

Para que as operações possam ser classificadas como de *hedge*, é necessário que atendam a uma série de requisitos, entre eles: a correta documentação da operação e o teste de sua eficácia.

As operações de *hedge* podem ser classificadas em três categorias:

- 1 - *hedge* de **valor justo**;
- 2 - *hedge* de **fluxo de caixa**; e
- 3 - *hedge* de **investimento no exterior**.

Para as operações classificadas como **hedge de valor justo**, as variações no valor justo do instrumento de *hedge* (derivativo) e do item objeto de *hedge* devem ser reconhecidas no **resultado** quando de sua ocorrência e concomitantemente.

Para as operações classificadas como **hedge de fluxo de caixa**, as variações no instrumento de *hedge* devem ser contabilizadas no **patrimônio líquido** (ajustes de avaliação patrimonial), onde devem permanecer até a realização do item objeto de *hedge*.

Nos **hedges de investimentos no exterior**, a variação do valor justo do instrumento de *hedge* também é contabilizada em conta de **patrimônio líquido**.

Questões comentadas

17. (Inédita) São reconhecidas diretamente no resultado as variações no valor justo do instrumento de *hedge* e do item objeto de *hedge* decorrentes de operações classificadas como
- hedge* de valor justo.
 - hedge* de fluxo de caixa.
 - hedge* de investimento no exterior.
 - hedge* de valor justo e *hedge* de fluxo de caixa.
 - hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento no exterior.

Nas operações classificadas como *hedge* de valor justo, as variações no valor justo do instrumento de *hedge* e do item objeto de *hedge* são reconhecidas, de forma simultânea, no resultado quando da sua ocorrência. Gabarito: A

18. (Inédita) Devem ser contabilizadas no patrimônio líquido as variações nos instrumentos de
- hedge* de valor justo, somente.
 - hedge* de fluxo de caixa, somente.
 - hedge* de investimento no exterior, somente.
 - hedge* de valor justo e *hedge* de fluxo de caixa.
 - hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento no exterior.

Nas operações classificadas como *hedge* de fluxo de caixa e de *hedge* de investimento no exterior, as variações no instrumento de *hedge* devem ser contabilizadas no patrimônio líquido. As variações no instrumento de *hedge* de valor justo são reconhecidas no resultado. Gabarito: E

01. (Analista/TCE-GO/FCC/2009) Suponha a aquisição, em 30/11/x8, de um ativo financeiro no valor de R\$ 1.000,00, classificado na data de aquisição em 'disponível para venda'. Este título remunera à taxa de 2% ao mês e o valor de mercado desse título 30 dias após a sua aquisição é de R\$ 1.015,00. De acordo com estas informações, em 30/12/X8, a empresa registrará,
- na demonstração de resultados, receita financeira de R\$ 15,00.
 - no patrimônio líquido, ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 15,00.
 - na demonstração de resultados, receita financeira de R\$ 20,00 e no patrimônio líquido, ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 5,00 (saldo devedor).
 - na demonstração de resultados, receita financeira de R\$ 15,00 e no patrimônio líquido, ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 20,00 (saldo credor).
 - na demonstração de resultados, receita financeira de R\$ 15,00 e no patrimônio líquido, ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 5,00 (saldo credor).

Em 30/11/x8:

D - Instrumentos Financeiros – Disponíveis para venda	
C - Caixa ou Bancos	1.000

Em 30/12/x8, registros dos juros de 2% ao mês:

D - Instrumentos Financeiros – Disponíveis para venda	
C - Receitas Financeiras	20

Em 30/12/x8, o ativo financeiro tinha valor justo (valor de mercado) de 1.105,00.

A diferença entre o valor justo dos títulos disponíveis para venda e o seu custo de aquisição acrescido dos juros até 30/12/x8 ($1.015 - 1.020 = - 5$) é registrada como ajuste de avaliação patrimonial:

D - Ajustes de Avaliação Patrimonial	
C - Instrumentos Financeiros – Disponíveis para venda	5

IF – Disp. p/ Venda		Receitas Financeiras		AVP	
1.000	5		20	5	
20					
1.015					

Gabarito: C

02. (Ciências Contábeis/Metrô/FCC/2012) O titular de uma opção de compra de 200.000 ações da Cia. Gama, com preço unitário de exercício fixado em R\$ 30,00, pagou um prêmio de R\$ 2,00 por ação para adquiri-la do lançador, quando a cotação da ação no mercado à vista era de R\$ 28,50. No vencimento da opção, o preço da ação no mercado à vista subiu para R\$ 33,50. Ao exercer a opção, o titular
- incorreu em um prejuízo de R\$ 5,00 por ação.
 - auferiu um lucro total de R\$ 300.000,00.
 - auferiu um lucro de R\$ 3,00 por ação.
 - não teve lucro e tampouco prejuízo com a transação.
 - se viu em dificuldades, porque teve que comprar ações no mercado à vista por um preço mais alto que sua venda.

Resultado: Valor de Mercado no Vencimento da Opção – Valor da Opção – Prêmio Pago

Resultado: $(200.000 \times 33,50) - (200.000 \times 30,00) - (200.000 \times 2,00) = 300.000$

Gabarito: B

03. (Analista/TCE-PR/FCC/2011) Considere as seguintes assertivas:
- As aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, serão avaliados pelo seu valor justo quando se tratar de aplicações destinadas à negociação.
 - Os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia serão avaliados pelo custo de aquisição ou produção, sem nenhum ajuste.
 - A diminuição do valor dos elementos do ativo imobilizado será registrada como amortização, quando corresponder à perda do valor de bens físicos sujeitos a desgaste.
- Está correto o que consta em
- I, apenas.
 - I e II, apenas.
 - I e III, apenas.
 - II e III, apenas.
 - I, II e III.

As mercadorias e produtos estão sujeitas a ajuste ao valor justo, quando inferior ao custo de aquisição ou produção. A amortização é aplicável a bens intangíveis. Gabarito: A

04. (Técnico/Cespe) Com base na Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores, julgue os próximos itens acerca da contabilização de componentes patrimoniais e de resultado.

A entidade deve avaliar a recuperabilidade de seus ativos financeiros ao final do exercício; assim, a entidade deve avaliar, na data de cada balanço geral, se existe ou não qualquer prova objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, esteja sujeito a perda recuperável.

() certo () errado

Esse item parece equivocado ao mencionar a Lei das S/A (e não o CPC) sobre a recuperabilidade de instrumentos financeiros, já que a lei citada trata apenas da recuperabilidade do imobilizado e do intangível. Gabarito: certo.

05. (Técnico/Cespe) A entidade deve avaliar a recuperabilidade de seus ativos financeiros ao final do exercício; assim, a entidade deve avaliar, na data de cada balanço geral, se existe ou não qualquer prova objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, esteja sujeito a perda recuperável.

() certo () errado

Veja comentários ao item anterior. Gabarito: certo.

06. (Analista/TCE-PR/FCC/2011) Em 31/08/x10, uma empresa aplicou suas disponibilidades em ativos financeiros, adquirindo 5 títulos no valor de R\$ 1.000,00 cada, e os classificou da seguinte maneira: 3 títulos como ativo financeiro “disponível para a venda futura” e 2 títulos como ativo financeiro “mantido para negociação imediata”. Estes títulos remuneravam à taxa de 1% ao mês e o valor de mercado de cada título 30 dias após a sua aquisição era de R\$ 1.008,00. Com base nestas informações, em 30/09/x10, a empresa registrou

- uma receita financeira de R\$ 46,00 na DRE, e um ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 6,00 (saldo devedor) no patrimônio líquido.
- um ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 10,00 (saldo credor) no patrimônio líquido.
- uma receita financeira de R\$ 50,00 na DRE, e um ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 10,00 (saldo devedor) no patrimônio líquido.
- uma receita financeira de R\$ 16,00 na DRE, e um ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 24,00 (saldo credor) no patrimônio líquido.
- uma receita financeira de R\$ 40,00, na DRE.

Contabilidade Básica

1 – Títulos registrados como disponíveis para a venda:

Custo de aquisição: $3 \times 1.000 = 3.000$

D - Instrumentos Financeiros

C - Disponibilidades 3.000

Em 30/09/x10:

Reconhecimento dos juros:

D - Instrumentos Financeiros

C - Receitas Financeiras – $3.000 \times 1\%$ 30

Registro do ajuste ao valor justo:

D - Ajustes de Avaliação Patrimonial

C - Instrumentos Financeiros = $(1.008 \times 3) - [(1.000 \times 3) + 30]$ 6

2 – Títulos registrados como mantidos para negociação imediata:

Custo de aquisição: $2 \times 1.000 = 2.000$

D - Instrumentos Financeiros

C - Disponibilidades 3.000

Em 30/09/x10:

Reconhecimento dos juros:

D - Instrumentos Financeiros

C - Receitas Financeiras – $2.000 \times 1\%$ 20

Registro do ajuste ao valor justo:

D - Despesas Financeiras

C - Instrumentos Financeiros = $(1.008 \times 2) - [(1.000 \times 2) + 20]$ 4

Instrumentos Financeiros		Resultado		AVP	
3.000	6	4	30	6	
30	4		20		
3.000					
20					
6.040			46		

Varição no resultado = $30 + 20 - 4 = 46$ (isso é o que a banca chama indevidamente de “receita financeira”, na verdade uma variação líquida, receita menos despesa).

Gabarito: A

Autor: Ricardo J. Ferreira

Ano: 2013

Edição: 10ª

Acabamento: capa flexível

ISBN: 978-85-7842-261-5

Páginas: 1.608

O Contabilidade Básica é um livro completo para você que, partindo do zero, precisa enfrentar os desafios dessa matéria, bem como para quem já deu os primeiros passos e quer dominar a disciplina.

Essa nova edição foi completamente reformulada para tratar mais amplamente dos principais pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que têm sido cobrados dos estudantes e concurseiros em todos os níveis: básico, intermediário e avançado.

O livro contém mais de 1.600 questões comentadas, das quais mais de 1.000 são apresentadas imediatamente após cada item teórico, o que facilita o entendimento e a fixação. As questões dispostas ao fim dos capítulos foram mantidas e atualizadas. Além disso, foram incluídas algumas novidades, como, por exemplo, um capítulo sobre Contabilidade Tributária.

Assim, a obra foi transformada em um verdadeiro manual de contabilidade, destinado a concurseiros, estudantes e profissionais da área contábil.



Ferreira